



**UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL
DA LUSOFONIA AFRO-BRASILEIRA
INSTITUTO DE HUMANIDADES E LETRAS DOS MALÊS
BACHARELADO EM HUMANIDADES**

ELIEZER GOMES DOS SANTOS

**POLÍTICAS PÚBLICAS EM TORNO DA PESCA ARTESANAL:
PESCADORES E MARISQUEIRAS COMO SUJEITOS DE DIREITOS**

SÃO FRANCISCO DO CONDE

2023

ELIEZER GOMES DOS SANTOS

**POLÍTICAS PÚBLICAS EM TORNO DA PESCA ARTESANAL:
PESCADORES E MARISQUEIRAS COMO SUJEITOS DE DIREITOS**

Monografia apresentada como requisito para a obtenção do título de Bacharel em Humanidades, na Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, UNILAB - Campus dos Malês.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Fanny Longa Romero.

SÃO FRANCISCO DO CONDE

2023

ELIEZER GOMES DOS SANTOS

**POLÍTICAS PÚBLICAS EM TORNO DA PESCA ARTESANAL:
PESCADORES E MARISQUEIRAS COMO SUJEITOS DE DIREITOS**

Monografia apresentada como requisito para a obtenção do título de Bacharel em Humanidades, na Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, UNILAB - Campus dos Malês.

Aprovado em: 01/12/2023.

BANCA EXAMINADORA

Prof.^a Dr.^a Fanny Longa Romero (Orientadora)

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira - UNILAB

Prof. Dr. Cláudio André de Souza

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira - UNILAB

Prof.^a Dr.^a Jucelia Bispo dos Santos

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira - UNILAB

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CFB	Constituição Federal Brasileira
COMDEMA	Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente
OIT	Organização Internacional do Trabalho
ENEM	Exame Nacional do Ensino Médio
EPIS	Equipamentos de Proteção Individual
FUSAM	Fundo Socioambiental Municipal
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
INEMA	Meio Ambiente e Recursos Hídricos
MPA	Ministério da Pesca e Aquicultura
OBSERVARBAIA	Observatório de Risco e Vulnerabilidade Baía de Todos os Santos
RGP	Registro Geral da Atividade Pesqueira
RLAM	Refinaria Landulpho Alves
SEGOV	Secretaria Municipal de Governo
SEINFMA	Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente
SEDESE	Secretaria de desenvolvimento Social e Esporte
SEMAP	Secretaria do Meio Ambiente, Agricultura e Pesca
SFC	São Francisco do Conde
SUS	Sistema Único de Saúde
VISAT	Vigilância em Saúde do Trabalhador
PDL	Projeto de Decreto Legislativo
ONU	Organização das Nações Unidas

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	6
2	JUSTIFICATIVA	9
3	PROBLEMA DE PESQUISA	10
4	OBJETIVOS	10
4.1	GERAL	10
4.2	ESPECÍFICOS	10
5	HIPÓTESES	11
6	REFERENCIAL TEÓRICO	11
7	PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	21
8	LEVANTAMENTO PRELIMINAR DOS DADOS DE PESQUISA	24
8.1	RELAÇÃO SOCIAL DO SUJEITO COM O ESPAÇO	26
8.2	PRINCIPAIS LEIS IMPLEMENTADAS NO MUNICÍPIO DE SÃO FRANCISCO DO CONDE COM RELAÇÃO AOS PESCADORES E MARISQUEIRAS	34
8.3	AÇÕES GOVERNAMENTAIS E NÃO GOVERNAMENTAIS ENTRE 2017 A 2022 EM TORNO DA PESCA ARTESANAL EM SÃO FRANCISCO DO CONDE	37
8.4	ENTREVISTAS PRELIMINARES COM ATORES GOVERNAMENTAIS E DA COLÔNIA Z-05	39
9	CRONOGRAMA	42
	REFERÊNCIAS	43

1 INTRODUÇÃO

O presente estudo tem por objetivo analisar as Políticas Públicas implementadas em torno da Pesca Artesanal com relação aos pescadores e marisqueiras como sujeitos de direitos em São Francisco do Conde (SFC) - Bahia. Nesse contexto, buscamos investigar como têm sido desenvolvidas as ações de políticas públicas no município de SFC nos últimos cinco anos, em relação aos pescadores e marisqueiras, entre os anos de 2017-2022.

São Francisco do Conde é um município brasileiro localizado na Região Metropolitana de Salvador, no Estado da Bahia. Sua população foi estimada no ano de 2021 em 40.664 habitantes, de acordo com os dados levantados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) de 2020¹.

A pesca artesanal especificamente em São Francisco do Conde se aproxima das categorias rudimentar, diversificada e de subsistência. De acordo com Diegues (1995, *apud* Edson; Freitas, 2017, p. 10), “A pesca artesanal rudimentar apresenta baixa intensidade tecnológica [...] e a pesca artesanal diversificada é de média tecnologia”. De acordo com o Ministério da Pesca e Aquicultura - MPA (MPA, 2019²), “a pesca artesanal de subsistência, é praticada com fins de consumo doméstico ou escambo sem fins de lucro e utilizando petrechos previstos em legislação específica”.

O perfil social dos habitantes de São Francisco do Conde está baseado em diferentes funções, e nesse contexto, encontram-se: pescadores, marisqueiras, trabalhadores da construção civil, motoristas, professores, trabalhadores da área da saúde, dentre outras ocupações, há também uma Universidade Federal, instalada em seu território, a qual proporciona o ensino superior àqueles que conseguem ser aprovados por meio do vestibular institucional e o Enem (com exceção das “comunidades tradicionais” que por força da chamada Lei de Cotas Lei 12.711³, tem vaga garantida), fazendo com que os munícipes possam se habilitar e qualificar, tornando-se aptos em outras profissões.

Para Fabricio de Sena (2016) “São Francisco do Conde em particular, especialmente nos séculos XVIII e XIX [...] a produção açucareira permanecia ativa, mas, a partir das décadas de 1860 e 1870, começaria a declinar”, (Ferreira, 2016, p. 12). Sendo assim, a região

1 Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ba/sao-francisco-do-conde/panorama>. Acesso em: 02 jan. 2023.

2 Disponível em: <https://www.gov.br/mpa/pt-br/assuntos/pesca/pesca-no-brasil>. Acesso em: 14 maio 2023.

3 Disponível em: [https://vestibular.mundoeducacao.uol.com.br/cotas/cotas-para-indios.htm#:~:text=No%20entanto%2C%20somente%20em%202012,de%20Cotas%20\(Lei%202012.711\)](https://vestibular.mundoeducacao.uol.com.br/cotas/cotas-para-indios.htm#:~:text=No%20entanto%2C%20somente%20em%202012,de%20Cotas%20(Lei%202012.711)). Acesso em: 02 jan. 2023.

do recôncavo baiano, em especial São Francisco do Conde, desde os tempos imperiais é reconhecida por ser um território capaz de movimentar a economia local, nacional e mundial. Já na atualidade, a atividade econômica do município está voltada para a indústria do petróleo, e serviços comerciais, porém, mesmo com essas vertentes a pesca artesanal é uma realidade para o povo deste município.

De acordo com Brito (2008, Buti, Rafael, 2020, p. 292), “[...] a primeira base de exploração do petróleo para fins comerciais no Brasil, o campo Dom João, inaugurado em 1954”, Sendo assim, o Recôncavo Baiano, em especial São Francisco do Conde, é uma região historicamente importante para a indústria de petróleo no Brasil. Segundo Osvaldo Edson Borges Martins Junior e Nacelice Freitas Barbosa (2017), “Durante três décadas, o Recôncavo baiano foi o único produtor nacional de petróleo, chegando a produzir um quarto das necessidades nacionais.” (Martins Junio; Barbosa, 2017, p. 7).

A cidade continua a ser um centro industrial importante na Bahia. Porém, no ano de 2021, a refinaria foi vendida pelo governo Bolsonaro a uma empresa árabe, "Mubadala Capital, um fundo de investimentos de Abu Dhabi, nos Emirados Árabes Unidos, pelo valor de 1,65 bilhão de reais⁴". Desse modo, se nota que a história de São Francisco do Conde é marcada por diferentes ciclos econômicos, desde a era colonial até a industrialização, refletindo as mudanças socioeconômicas ao longo do tempo.

Quando se fala de pesca artesanal, estamos falando de uma prática cultural, que pós-abolição pode ser vista como uma forma de resistência, como uma forma das comunidades afrodescendentes se sustentarem economicamente sem dependerem inteiramente de empregadores ou sistemas econômicos opressivos. A pesca artesanal neste contexto é uma prática tradicional que é transmitida de geração em geração, no âmbito familiar e entre os membros da comunidade.

De acordo com Rafael Palermo (2020), “No contexto escravista, o Recôncavo respondia por boa parte da produção nacional de cana-de-açúcar para a exportação”, (Buti, Rafael Palermo, 2020, p. 291). Desse modo, a pesca artesanal pós-abolição pode ser vista como uma forma de resistência ao oferecer não apenas meios de subsistência econômica, mas também ao preservar a cultura, fortalecer a comunidade e reivindicar direitos em um contexto pós-abolição, onde as comunidades afrodescendentes muitas vezes enfrentavam desafios significativos.

Como afirmava o filósofo Karl Marx:

⁴ Disponível em: <http://www.camarasaofranciscodoconde.ba.gov.br/noticias/2537/vendida-por-us-165-bilhao-landulfo-alves-e-a-1-refinaria-nacional>. Acesso em: 03 dez. 2023.

Antes de tudo, o trabalho é um processo entre o homem e a natureza, um processo em que o homem, por sua própria ação, media, regula e controla seu metabolismo com a natureza, Ele mesmo se defronta com a matéria natural como uma força natural. Ele põe em movimento as forças naturais pertencentes à sua corporalidade, braços e pernas, cabeça e mão, a fim de apropriar-se da matéria natural numa forma útil para sua própria vida. (Marx, 2004, p. 297).

Nesta perspectiva, o trabalhador se mostra capaz de dialogar com a natureza, no intuito de organizar-se em sociedade e construir meios de sobreviver em torno do ambiente que o cerca sem agressão à natureza e sem forma industrial.

Segundo o Observatório de Risco e Vulnerabilidade Baía de Todos os Santos (ObservarBaia), foi comprovado em abril de 2013 a existência de 2.028 pescadores e marisqueiros registrados colônia Z-05, no município de São Francisco do Conde, mas nem todos estão em dia com suas obrigações nas colônias e associações⁵.

Levando em consideração os números de pescadores e marisqueiras apresentados no parágrafo acima, a atividade da pesca artesanal no município de São Francisco do Conde, aparentemente é a que mais oportunidade de trabalho dá aos seus patrícios a viverem e sobreviver da pesca.

Por esse motivo, encontramos essas pessoas como mulheres, homens, jovens e crianças, de gênero e de idades diferentes, no labor da sua atividade quase todos os dias consertando redes, limpando embarcações e carregando motores em carros de mão e até mesmo nos próprios ombros. Por conta disso, é uma realidade ver as mulheres com suas roupas de pesca e seus vasilhames indo e vindo da maré, como vê-las limpando os mariscos na porta de suas casas ou no próprio cais onde foram retirados os frutos.

Estas pessoas, quase nas suas totalidades, adquiriram essa prática cultural com seus pais, com algum parente próximo ou até mesmo com amigos da região. Sendo assim, com um ou com o outro, o que é comum, é que as características dos pescadores e marisqueiras do município de São Francisco do Conde parecem ser exclusivas dessas mulheres e desses homens.

Quando nos referimos a esses homens e a essas mulheres como sujeitos de direitos, nos referimos a essas pessoas que fazem parte de determinado grupo social e que devem ser amparadas pelo Estado de forma democrática, pois, a estes indivíduos é garantido o mínimo de condições para uma vida de bem-estar.

5 JORNAL ONLINE: A VOZ DE SÃO FRANCISCO. São Francisco do Conde: Cadastramento do defeso inverno começa dia 02 de abril. Sem data de publicação. Disponível em: <http://avozdesaofrancisco.com.br/sao-francisco-do-condecadastramentodo-defeso-inverno-comeca-dia-02-de-abril>. Acesso em 14 mai 2013. Disponível em: <https://saofranciscodoconde.ba.gov.br/defeso-inverno-pescadores-e-marisqueiras-do-municipio-sao-beneficiados/>. Acesso em: 02 jan. 2023.

Em conformidade com a Constituição Federal de 1988⁶, que versa no seu artigo 5º que todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, e no artigo 6º, que explana que “é direito social a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados.” (CFB, 1988, p. 13 e 18).

Verificando na perspectiva de Thomas sobre o direito à segurança, entende-se que na argumentação dele remete a igual modo do artigo 5ª e 6ª da Carta Magna, que mostra esse direito e segurança do ser humano:

[...] o elemento social abrange todo o espectro, desde o direito à segurança e ao bem-estar econômico mínimo até o direito de compartilhar plenamente o patrimônio social e viver uma vida de ser civilizado de acordo com os padrões que prevalecem na sociedade. Marshal (1998: 23, *apud* Fernandez, Michelle, 2021, p.188).

Além de essas pessoas lutarem para sobreviver da pesca artesanal, contribuem também para o desenvolvimento socioeconômico do município de São Francisco do Conde com as vendas de seus produtos para o mercado interno, na banca de peixe localizada na praia e no mercado de peixe do município de São Francisco do Conde.

2 JUSTIFICATIVA

Este trabalho justifica-se pelo fato do município de São Francisco do Conde possuir em seu território uma costa marítima de tamanho relevante cuja sua biodiversidade proporcionar condições para sobrevivência das pessoas que por alguns motivos estão envolvido na pesca artesanal e na mariscagem. Entretanto, o meu vínculo com o tema são minhas lembranças (memórias) de um período quando era adolescente e que residia na Cidade Baixa de Salvador-Bahia, onde pude conviver com pessoas ligadas à pesca e a mariscagem.

Para Michael Pollak (1992): É perfeitamente possível que, por meio da socialização política, ou da socialização histórica, ocorra um fenômeno de projeção ou de identificação com determinado passado, tão forte que podemos falar numa memória quase que herdada. (Pollak, 1992, p. 201)

6 Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Constitui%C3%A7%C3%A3o_brasileira_de_1988. Acesso em: 02 jan. 2023. A Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 é a lei fundamental e suprema do Brasil, servindo de parâmetro de validade a todas as demais espécies normativas, situando-se no topo do ordenamento jurídico.

Nessa perspectiva, os acontecimentos vividos em tempos atrás podem ser ressignificados em épocas diferentes, principalmente dentro do contexto social. Diante disso, esses acontecimentos são justificados na busca da nossa identidade e também nos dá direito de conhecimento e pertencimento, dos saberes e todas as situações vividas em tempos passados.

Hoje, residindo em São Francisco do Conde, vejo outra realidade com relação à pesca em Salvador. Sendo assim, essa experiência vivida, me direciona a fazer algumas perguntas de análise para realizar a pesquisa. O que são Políticas Públicas em relação aos pescadores e marisqueiras? Para que serve as políticas públicas, para ajudar ou serve como um mecanismo de desenvolvimento social?

Nesse sentido, a pesquisa se tornará relevante socialmente, pois irá produzir um conhecimento sobre a classe pesqueira pela via econômica e social viés que outras pesquisas também têm contribuído no cenário científico brasileiro. Por outro lado, poderá contribuir também para a sociedade acadêmica numa perspectiva em que o tema poderá interessar a alguns acadêmicos e incentivar outras pesquisas nessa mesma linha. O maior ganho desse estudo vai para os sujeitos de direito que são pescadores e marisqueiras que sobrevivem do trabalho no mar e precisam ser visibilizados perante o Estado com suas políticas públicas.

3 PROBLEMA DE PESQUISA

De que maneira podemos compreender as principais Políticas Públicas implementadas em torno da Pesca Artesanal com relação aos pescadores e marisqueiras de São Francisco do Conde?

4 OBJETIVOS

4.1 GERAL

Analisar as principais Políticas Públicas implementadas em torno da Pesca Artesanal com relação aos pescadores e marisqueiras do município de São Francisco do Conde.

4.2 ESPECÍFICOS

- Levantar um quadro referencial que mostre as ações institucionais do município sobre a vida de pescadores e marisqueiras;
- Descrever por meio de entrevistas através dos pescadores e marisqueiras sobre o trabalho no mar e manguezal;
- Verificar se existe por parte das instituições pública algum apoio técnico e profissional especializado para manutenção dos equipamentos/embarcações utilizados por pescadores e marisqueiras.

5 HIPÓTESE

A hipótese é que os pescadores e as marisqueiras estão desassistidos das políticas públicas municipais.

6 REFERENCIAL TEÓRICO

Para Antonio Carlos Gil (2002) o referencial teórico “Deve esclarecer, portanto, os pressupostos teóricos que dão fundamentação à pesquisa e as contribuições proporcionadas por investigações anteriores.” (Gil, 2002, p. 162).

Antropologia marítima é uma atividade que busca analisar e caracterizar a atividade da pesca de mar aberto (pesca em alto mar ou industrial) ou a pesca de mar de dentro (pesca tradicional, ribeirinha ou costeira). A antropologia do mar ou antropologia marítima como disciplina das ciências naturais, se debruça a estudar as práticas sociais, econômicas, simbólicas e culturais dessa gente do mar. E esses estudos vêm a corroborar com a significação de uma classe de trabalhadores que hora estão em terra e que hora estão no mar, e que nas suas análises, se aponham na questão empírica para conservação dos seus conhecimentos, ou seja, o senso comum é uma prática de grande valor no repasse dos seus conhecimentos.

Para Diegues (2004): Até recentemente, essas comunidades marítimas eram estudadas com a utilização de conceitos e metodologias aplicadas às sociedades agrícolas ou rurais [...] A Antropologia Marítima é hoje um campo de pesquisa

especializado de estudo etnológico sobre comunidades que vivem do mar, especialmente da pesca. (Diegues, 2004, p. 75).

Neste contexto, as análises dos dados talvez não tenham atingido os resultados desejáveis de forma justa, isso porque, os conceitos aplicados à sociedade agrícola. Apesar de que a agricultura também seja uma atividade extrativista, as técnicas de análises são diferentes os da pesca. Diante disso, a pesca ganha uma área específica para ser estudada e analisada.

A antropologia do mar como uma das disciplinas da ciência social, busca o diálogo entre o mundo científico e o mundo empírico das pessoas que se relacionam com as águas, sejam elas: águas dos rios, dos mares ou das lagoas. Dessa forma, o conhecimento empírico é estudado e transformado em conhecimento acadêmico levando em consideração o sentimento dessas pessoas.

O autor Cleber Vasconcelos (2018) vai observar que “O significativo avanço dos estudos da antropologia marítima nas últimas seis décadas permitiu ampliar as discussões e conceitos relativos às populações tradicionais” (Vasconcelos, 2018, p. 178). Sendo assim, na ideia de Vasconcelos os estudos que vem sendo feito no litoral brasileiro pelos antropólogos no que se refere às pessoas que vivem através do extrativismo, estão contribuindo para o esclarecimento e desenvolvimento dessas populações.

Nesta perspectiva, as políticas públicas buscam responder às necessidades da sociedade, ou seja, se houver algum impasse ou ausência de algum recurso surge à política pública com o intuito de solucionar e equiparar o problema, levando em consideração todos os indivíduos que há no local, sem distinção. Sendo assim, ao se referir às ações de políticas públicas não pode haver lado, porém, o olhar do Estado⁷ deve ser mais ampliado em relação às pessoas que se encontram no estado mais vulnerável da sociedade. Com isso, as políticas públicas implementadas devem funcionar como um mecanismo para que as pessoas possam ser visibilizadas diante da sociedade. Dessa forma, o Estado garante os direitos Constitucionais para esses cidadãos.

De acordo com Celina Maria de Souza (2003), “Não existem dúvidas sobre o crescimento da área de políticas públicas na pesquisa acadêmica que se realiza atualmente no Brasil” (Souza, 2003, p. 15). Ainda em conformidade com Celina Souza (2002) “Não existe uma única, nem melhor, definição sobre o que seja política pública”, (Souza, 2002, p. 24). Nessa linha de pensamento da autora, a política pública não é algo de fácil definição, o

⁷ Sem querer discurso sobre os conceitos do que é Estado por vários autores. Observo que, para André Luiz Coelho e João Paulo S. L. Viana (2021, p. 36): O conceito de Estado denomina, sobretudo, uma comunidade política, organização que, dotada de elementos fundamentais como soberania, povo e território, exerce seu domínio sobre um determinado grupo de indivíduos. (André; Paulo, 2021, p. 36).

entendimento dela, nos leva a entender que o campo visual para a conceitualização de política pública é bastante amplo.

Em seu trabalho intitulado *Políticas Públicas: Conceitos, Tipologias e Sub-Áreas*, a cientista política e professora universitária, especializada na área de políticas públicas e federalismo, Celina Souza, mapeou as principais definições sobre políticas públicas definidas por outros autores, extraiu e sintetizou seus elementos principais, e nessa perspectiva, ela apresenta alguns deles, por exemplo:

A política pública é o que o governo pretende fazer e o que, de fato, faz [...] envolve vários níveis de governo e não necessariamente se restringe a participantes formais [...] é abrangente e não se limita a leis e regras [...] é uma ação intencional, com objetivos a serem alcançados [...] embora tenha impactos no curto prazo, é uma política de longo prazo [...] envolve processos subsequentes após sua decisão e proposição, ou seja, ela implica também em implementação, execução e avaliação. (Souza, 2002, p. 13).

Com isso é possível notar a amplitude e a relevância que o termo no campo analítico carrega. Nesse caso, a autora demonstra respeito profissional pelos colegas que falam sobre o assunto.

Em concordância com a autora, quero me ater na quarta definição onde é observado que políticas públicas “é uma ação intencional, com objetivos a serem alcançados”. Ou seja, políticas públicas não pode ser uma coisa aleatória, se faz necessário um alvo para que possa ser atingido com precisão através de uma ação afirmativa. E essas ações, não são uma exclusividade diretamente do Estado, ela diz respeito tanto ao Governo, como à sociedade civil.

Para Michelle Fernandez (2021) “As políticas públicas são ações dos governos que atuam diretamente na resolução de problemas político-sociais”. (Fernandez, 2021, p. 193). Diante a essa definição, é possível entender que as políticas públicas só existem se porventura existir algum problema, sendo assim, o Governo irá se movimentar nessa direção com políticas sociais, na ideia da autora, “[...] as políticas sociais são entendidas como um tipo de política pública e, portanto, como atuação dos atores políticos com a finalidade de concretizar os direitos sociais.” (Fernandez, 2021, p. 195). Nessa linha, as políticas públicas dependem da ação de atores políticos para que sejam implementadas.

Michelle Fernandez ao analisar a definição de política pública com base em alguns autores, a autora citada irá dizer que as tantas definições sobre políticas públicas podem ser divididas em dois blocos, são eles:

O primeiro bloco define política pública como escolhas que o governo opta por fazer ou não, sendo sempre governamental [...] O segundo bloco percebe a política pública como um processo que envolve múltiplas decisões inter-relacionadas tomadas por grupos diversos de atores políticos. (Fernandez, 2021, p. 194).

Assim como a Celina Maria de Souza entende a amplitude que existe no termo da palavra política pública e que as definições são inúmeras, a autora Fernandez compartilha dessa mesma linha de pensamento, entretanto, vai observar que as tantas definições, podem ser divididas em grupos.

Diante disso, os estudos sobre as políticas públicas que se direcionam a atividade da pesca artesanal, podem trazer mudanças importantes para seus praticantes, buscando entender o seu processo de mudança no tempo, até porque, se trata de uma atividade menos visibilizada pelo poder público na questão econômica e social.

Neste contexto, falar da pesca artesanal no município de São Francisco do Conde é estar falando de uma realidade de um povo que tem desde sua origem esta atividade como uma prática ainda ativa. Sendo assim, esta atividade funciona como uma forma de sustento da família.

A pesca em São Francisco do Conde não é praticada no mar aberto e não faz uso de embarcações de grandes portes. Nesse caso, as embarcações são pequenas e suas ferramentas de trabalho são as apropriadas para o tipo de pesca na costa. Em conversa preparatória com o funcionário de nome fictício (Arlindo) da prefeitura, (2023) observou que em São Francisco do Conde não existe pessoa que tenha um barco de porte de mar aberto. Por esse motivo, os pescadores do município não vão para localidades distantes.

De acordo com Diegues (2004): [...] a pesca continua sendo uma atividade aleatória, incerta, frequentemente perigosa e são essas características que estão na origem da função que as práticas simbólicas e ritualísticas desempenham em muitas sociedades de pescadores com a finalidade de propiciar capturas abundantes. (Diegues, 2004, p. 7).

Conforme o autor citado, a pesca é uma atividade improvável, nesse sentido, aqueles que nela estão envolvidos se encontram em perigos constantes. Diante disso, pode-se entender que a pesca artesanal é uma atividade extrativista que desde os tempos antigos era praticada no cenário universal, em rios, no mar e nas lagoas, ou seja, era e contínua sendo ainda hoje uma prática cultural, cujo seu objetivo é ajudar na sobrevivência alimentar de todos aqueles que viviam em comunidades costeiras.

Para Adriano Prysthon Silva (2014) a pesca artesanal, “[...] é uma atividade oposta à pesca em larga escala, que utiliza tecnologias sofisticadas e envolve pesados investimentos,

acessíveis apenas a uma classe capitalista da qual as comunidades pesqueiras não se incluem”. (Prysthon, 2014, p. 9)

Com base nessa definição do Mestre Prysthon, é possível dizer que a pesca artesanal está diretamente ligada àquelas pessoas de baixa renda, que utilizam embarcações de pequeno porte e por conta disso, só podem atingir até certo limite da costa.

Nessa linha, o professor citado observa que a pesca artesanal é uma atividade que não se realiza com grandes maquinários nem tão pouco se faz necessário muita gente para atingir o produto final.

No entendimento do Ministério da Pesca e Aquicultura – MPA (MPA, 2019) a pesca artesanal é aquela atividade praticada diretamente por pescador profissional [...] Cadastrado no Ministério da Pesca e Aquicultura que exerce a atividade de pesca profissional de forma autônoma ou em regime de economia familiar, com meios de produção próprios ou mediante contrato de parceria, podendo atuar de forma desembarcada ou utilizar embarcação de pesca de pequeno porte. (Instrução Normativa MPA Nº 6 DE 29/06/2012⁸)

Analisando essa citação, pode-se perceber que estas mulheres e estes homens que estão envolvidos com a pesca artesanal não dependem de um vínculo contratual empregatício com nenhuma instituição para ter seus direitos trabalhistas reconhecidos como uma atividade que contribui para o desenvolvimento da localidade em que a prática se faz o uso necessário. Porém, essas pessoas só são caracterizadas como pescadores profissionais quando tomam posse da carteira de pescador, Registro Geral da Atividade Pesqueira – RGP⁹.

Estas pessoas têm na atividade da pesca artesanal o principal meio para a sua sobrevivência, diante disso, trabalham durante o ano completo, podendo assim, ou em tempo esporádicos também, que por algum motivo faz do labor da pesca o seu meio de sobrevivência. Segundo Carlos Diegues (2004, p. 160) “O pescador artesanal passa a viver e a reproduzir suas condições de existência na pesca, voltada fundamentalmente para o comércio”.

Neste cenário também, encontra-se as marisqueiras que são trabalhadoras que vivem especificamente da extração dos mariscos, e nessa atividade, elas são em número bem superior aos homens. Essas trabalhadoras têm na mariscagem o seu principal meio de

⁸ Disponível em: <https://www.legisweb.com.br/legislacao/?id=242911>. Acesso em: 10 jun. 2023.

⁹ **Art. 3º.** A inscrição no RGP deverá ser requerida pelo interessado junto às Superintendências Federais da Pesca e Aquicultura - SFPA ou Escritórios Regionais do MPA, na Unidade da Federação em que reside, na forma dos procedimentos dispostos nesta Instrução Normativa ou em outros procedimentos complementares que venham a ser adotados pelo MPA (Instrução Normativa MPA Nº 6 De 29/06/2012).

sobrevivência, e por conta disso, trabalham durante o ano inteiro, porém, isso não é uma exigência.

A esse respeito o professor Antônio Carlos Diegues (2004) vai dizer que:

No entanto, algumas mulheres são experientes na pesca e também na coleta de marisco, sendo chamadas também de marisqueiras. Elas garantem a subsistência com a mariscagem, sobretudo em dias em que os homens não podem sair ao mar por causa do mau tempo. (Diegues, 2004, p. 203).

Nessa observação, o professor Diegues, irá apresentar as mulheres como profissionais da pesca, que na maior parte do tempo servem como colaboradoras de seus maridos no exercício do trabalho, principalmente nos períodos de mau tempo. Como exemplo desses dias impetuosos, são os dias chuvosos, onde o mar fica agitado e perigoso (conhecido como mar revolto), sendo assim, não é o momento ideal para se aventurar a pescar.

Neste sentido, a atividade da mariscagem se torna um trabalho de grande relevância, não só para o autossustento da família, mas para a sociedade. Para Elma Pereira de Sá (2011), “as marisqueiras não necessitam de barco para o trabalho, ainda que houvesse casos de marisqueiras cujos maridos eram pescadores e utilizassem barcos.” (Sá, Elma, 2011, p. 51). Diante a essa questão, em São Francisco do Conde, as marisqueiras não são unânimes, pois existem mulheres que utilizam as canoas para chegar até as ilhas, onde há os melhores locais para extração dos mariscos, a exemplo a Ilha de Cajaíba.

Como forma de fortalecer a luta dessas pessoas do mar na área social e econômica, a colônia de pescadores é quem deve orientar esses trabalhadores no que diz respeito aos seus direitos estabelecidos. A Colônia de Pescadores que está localizada no município de São Francisco do Conde é a Colônia Z-05¹⁰.

Conforme Begossi (2002) “As Colônias são organizações sociais que representam a classe dos pescadores no sentido de intervir a favor da atividade junto ao governo brasileiro, desde 1846.” (2002 *apud* Lima; 2017, p. 129). Nesse sentido, as Colônias dos pescadores têm como objetivo principal representar os seus associados na busca e na manutenção dos direitos adquiridos frente ao Estado, assim como, orientarem esses homens e essas mulheres no que diz respeito a sua atividade no território local, pois é neste ambiente que essas pessoas utilizam para desempenhar suas funções vitais e compartilhar seus costumes.

¹⁰ Está localizada na avenida presidente Kennedy, 10 Centro - São Francisco do Conde - Bahia. CEP 43900000. Telefone: (75) 3241-5598 a mesma foi fundada em 23 de dezembro de 1973. Informação disponível na placa em frente à colônia Z-05.

No município de São Francisco do Conde, existe uma parte significativa do território que desde tempos pré-coloniais recebe a interferência dos humanos. E nesse território existe uma área pesqueira, bastante extensa onde vidas marinhas se desenvolvem e é fonte de alimento e renda para comunidades que sobrevivem da pesca e da mariscagem.

Para Márcio Freitas Eduardo (2006): O território, antes de qualquer outra coisa, é relação social, é conflitualidade geografizada. O território é a expressão concreta e abstrata do espaço apropriado, produzido. É formado, em sua multidimensionalidade, pelos atores sociais que o (re) definem constantemente em suas cotidianidades, num “campo de forças” relacionalmente emaranhado por poderes nas mais variadas intensidades e ritmos. (Freitas, 2006, p. 197).

Sendo assim, na visão do professor Márcio Freitas, o território é um local de convivência que para se reafirmar nele é preciso lutar. Pois é através dele que se pode requerer seu alimento, construir suas raízes, e o mais importante em uma sociedade, construir seus costumes que serão passados de geração a geração.

De acordo a Paul E. Little (2002): No intuito de entender a relação particular que um grupo social mantém com seu respectivo território, utilizo o conceito de cosmografia [...] A cosmografia de um grupo inclui seu regime de propriedade, os vínculos afetivos que mantém com seu território específico, a história da sua ocupação guardada na memória coletiva, o uso social que dá ao território e as formas de defesa dele. (Little, 2002, p. 4).

Paul E. Little, ao definir o que é um território, se apoia no conceito de cosmografia, e nessa linha o território é visto como algo de vinculação efetiva capaz de produzir uma memória coletiva, desse modo, o território pode ser visto como uma casa de todos da comunidade. Diante disso, esse território social refere-se a uma abordagem que vai além da ideia tradicional de território como uma área geográfica delimitada por fronteiras políticas ou físicas. Em vez disso, o conceito de território social destaca as relações sociais, culturais, econômicas e políticas que ocorrem em um determinado espaço.

A territorialidade é um espaço geográfico que permite a convivência dos que vivem a se agrupar em sociedade com suas normas, porém observando as Leis do Estado. Conforme Paul E. Little (2002, p. 4) a territorialidade é “como o esforço coletivo de um grupo social para ocupar, usar, controlar e se identificar com uma parcela específica de seu ambiente biofísico, convertendo-a assim em seu ‘território’ ”. Segundo o citado autor, a formação de um território não está simplesmente em uma determinada comunidade que habita a terra, mas nas relações e produções que acontecem nela.

A Baía de Todos os Santos é um grande lago localizado no estado da Bahia, no Brasil. Possui uma diversidade de ecossistemas, incluindo manguezais, restingas e áreas de Mata Atlântica, que contribuem para uma rica biodiversidade. E na sua costa, a pesca artesanal é uma atividade econômica importante na região, sustentando comunidades locais.

Desse modo, a Baía de Todos os Santos possui um grande potencial para o desenvolvimento sustentável, especialmente através do turismo ecológico e da preservação ambiental. Ou seja, apesar de ter desempenhado um papel crucial na história do Brasil, sendo um local de chegada dos colonizadores portugueses, é uma região de grande importância histórica, cultural e ambiental.

Para Denis (1980): A Baía de Todos os Santos é um grande lago, cujas águas vão procurar junto das habitações os ricos produtos que ali se obtêm: e se as ditas águas não banham toda a extensão do Recôncavo, pequenos rios navegáveis descem do interior e formam outros tantos canais naturais, que diariamente trazem um novo tributo de abundância ao porto que os recebe. (Denis, 1980 *apud* De Araújo, 2011, p. 59).

O município de São Francisco do Conde se encontra na parte côncava desta Baía, fazendo ligações com outros municípios da região por meio dos rios.

Esse território sofreu importantes abalos com algumas importantes mudanças socioeconômicas, como a abolição do tráfico africano em 1851 e a abolição da escravidão em 1888, que destruíram o engenho de açúcar como unidade centralizadora da Bahia açucareira e destronaram uma elite senhorial todo-poderosa plantada no fundo do recôncavo da Baía de Todos os Santos. (De Araújo, 2011, p. 64).

São Francisco do Conde possui uma rica historicidade que remonta ao período colonial. A presença dos colonizadores europeus na área foi marcada por atividades econômicas como o cultivo de cana-de-açúcar. A mão de obra escrava desempenhava um papel crucial nesse sistema, sendo trazida da África para trabalhar nas plantações e nos engenhos. “No século XIX, o Brasil conquistou sua independência de Portugal (1822)”. Além disso, a escravidão foi abolida em 1888, transformando drasticamente a estrutura social e econômica da região. Isso trouxe uma nova fase de desenvolvimento e urbanização local.

De acordo com Celina de Souza (2023), [...] com a redemocratização e o novo desenho da gestão das políticas sociais, proliferaram trabalhos, especialmente dissertações e teses, sobre as políticas públicas adotadas por governos locais em especial os administrados pelo PT [...] Também têm sido abundantes os estudos sobre as formas de participação popular na gestão das políticas públicas e, ultimamente, sobre os conselhos comunitários criados, em princípio, para decidir sobre as políticas sociais.

É certo que, é depois da redemocratização de 1988, que o Estado brasileiro aumentou o reconhecimento dos direitos das comunidades que desenvolve suas atividades de formas mais específicas.

Para Alexandrina Sobreira e Maria do Carmo (2016), O acesso à informação está melhorando, um sistema de estatísticas ambientais está sendo desenvolvido e o sistema legal possui os instrumentos para punir crimes ambientais. Além disso, tanto o Ministério Público Federal como os ministérios públicos estaduais têm sido observadores atentos de práticas ambientais ilegais. (Moura, Alexandrina; Bezerra, Maria, 2016, p. 92).

Desse modo, encontra-se ainda descendentes destas mãos escrava, que vivem do que é produzido nas águas do mar, dos rios e das lagoas. Neste local de vivência, os recursos que dali é extraído servem para manutenção socioeconômica de suas vidas.

Segundo Diegues (1996: *apud* Little, 2002, p. 9): Entre as comunidades de ribeirinhos da Amazônia e os pescadores artesanais do litoral, existem formas de apropriação articuladas em função de seus usos, significados e conhecimentos das águas. [...] A familiaridade de cada grupo de pescadores com uma dessas áreas marítimas, cria territórios que são incorporados à sua tradição.

Diante da fala de Little, podemos ver que existem motivos para que esse grupo de pessoas que tira do mar o seu autossustento tenha espaços demarcados para que se afirme como território exclusivo dos pescadores e marisqueiras.

Esta questão ficou latente na região de São Francisco do Conde quando um grupo estrangeiro tentou implantar um empreendimento hoteleiro na Ilha de Cajaíba¹¹. O empreendimento iria afetar diretamente as áreas de pesca e mariscagem das comunidades de São Bento, Monte Recôncavo, São Brás e Acupe, por esse motivo os pescadores e marisqueiras buscaram seus direitos, e em virtude disso, a construção não foi para frente, porque iria prejudicar esses trabalhadores diretamente, chegando a acontecer uma audiência pública contra o projeto. Diante desta conquista, fica evidente que o processo prosperou com a cooperação de vários autores.

Nesse contexto, em que a terra estava sendo invadida, a defesa do território torna-se um elemento unificador do grupo e, as pressões exercidas por outros grupos, pelo Governo da sociedade dominante não conseguiu impô outras formas territoriais.

11 Empreendimento: Ilha de Cajaíba Beach & Golf Resort / Complexo hoteleiro Investimento: R\$ 1.3bi. A vocação náutica da Baía de Todos os Santos começa a despertar, de fato, a atenção de investidores. O Grupo Property Logic, com sede em Málaga, na Espanha, anunciou a implantação de um complexo turístico na Ilha de Cajaíba, no município de São Francisco do Conde. Disponível em: <http://ogestorimobiliario.blogspot.com/2010/07/ilha-de-cajaiba-beach-golf-resort.html>. Acesso em: 02 mar. 2023.

A essa questão o município de São Francisco do Conde não sucumbiu às ameaças dos poderosos em construir um complexo hoteleiro que abriria espaço para o comércio do turismo, expulsando assim, os pescadores e marisqueiras de seu espaço, o que não aconteceu com território de Vila Velha, Espírito Santo. Segundo a antropóloga Longa Romero (2014): “De fato a pesca artesanal está fortemente ameaçada e influenciada por diversos processos sociais de desenvolvimento que fazem de Vila Velha atualmente um significativo pólo comercial, turístico e industrial” (Longa, 2014, p. 15).

Diante disso, vale ressaltar, que a governamentalidade em São Francisco do Conde, o gestor que administra o Município trabalha em conjunto com as secretarias municipais e setores da sociedade civil, como: ONG, Sindicatos, Associação de Moradores, Associação de pescadores, Entidade Religiosa, entre outras.

No entendimento de Michel Foucault, a governamentalidade se baseia em, “[...] toda uma racionalidade que encontrou no funcionamento do Estado o seu campo de aplicação, e que vai relacionar a série segurança-população-governo” Foucault (*apud* Rocha, 2014, p. 112). Nesse sentido, o Governo representa o Estado em torno das demandas populacionais, com objetivo de atender a todos.

Dessa forma, Foucault vai observar que governar o Estado é complexo, uma vez que o Estado precisa dialogar com a população mantendo todo o poder e ao mesmo tempo tendo que solucionar as questões próprias do povo. Dessa maneira, o Estado deve cuidar dos cidadãos em todas as esferas da vida, na economia, educação, saúde, entre outros pontos.

Em vista disso, o governo não trabalha sozinho, nesse processo, existem instrumentos técnicos importantes, que não são necessariamente as leis estabelecidas, ou seja, é um determinado compartilhamento interno das atividades governamentais que pode providenciar as coisas com mais especificidades para a população. Estas táticas, (conjunto constituído pelas instituições) tem seus pontos bastante relevantes, com essa forma, é possível que os pontos individuais sejam atingidos.

Nesse processo, em que a sociedade precisa ser cuidada pelo Estado, as resoluções dos problemas podem ser com mais acerto, nesse sentido, a população será mais bem atendida nas suas queixas. Por fim, essa forma de governar demonstra que o Estado precisa ser bem administrado para que a comunidade tenha suas vidas administradas de forma justa e sem prejuízo.

Diante disto, a Governança Ambiental que pode ser entendido também como um conjunto de vários autores trabalhando juntos sobre a coordenação do governo, tem como base de sustentação e que compreende a necessidade de uma articulação entre autores de

diferentes segmentos da sociedade, no desenvolvimento e na implementação de políticas públicas ambientais, a fim de que a sociedade possa desfrutar de um meio ambiente saudável. Neste conjunto, encontra-se a gestão pública, a sociedade civil e os agentes econômicos.

Para Adriana Maria Magalhães (2019): entende que:

A governança compreende a multiplicidade dos atores sociais, cujas categorias são infinitas e abarcam, além dos governos e instituições formais que compõem o Estado, organizações e grupos de indivíduos, tais como: setor privado, organizações não governamentais (ONGs), instituições de financiamento e consumidores. (Magalhães, 2016, p. 13)

Nesse sentido, cuidar do ambiente é dever de todos, não importa o setor, é uma obrigação de cada indivíduo da sociedade. Já que o meio ambiente é um direito coletivo e intransferível, inclusive garantido na Constituição de 1988 no artigo 225¹², por esse motivo a necessidade de cuidado.

De acordo ainda com Adriana Magalhães (2016):

Na perspectiva da governança, o Estado assume não apenas seu papel específico, de governar sob competências e responsabilidades constitucionalmente estabelecidas, mas também o papel de orquestrador, de direcionador estratégico, responsável por induzir e orientar as capacidades dos demais atores da sociedade na direção desejada. (Magalhães, 2016, p. 9)

Entretanto, a governança é um processo que procura um entendimento entre autores diferentes, com capacidade de dialogar entre si. Com o objetivo de cuidar, analisar, preservar, renovar e restaurar, com base nas demandas que surgirem.

7 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Para Antônio Carlos Gil (2002): As pesquisas exploratórias “...têm como objetivo proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito ou a constituir hipóteses. Pode-se dizer que estas pesquisas têm como objetivo principal o aprimoramento de idéias ou a descoberta de intuições.” (Gil, 2002, p. 41).

Nesse caso, a abordagem da pesquisa será com base no método qualitativo. Neste estudo, vamos utilizar também a pesquisa bibliográfica, a pesquisa documental e entrevista

12 Art. 225. Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e servá-lo para as presentes e futuras gerações.

semiestruturada, através das questões abertas a fim de compreender os impactos das políticas públicas para marisqueiras e pescadores do município de São Francisco do Conde.

Para Anselm Strauss e Juliet Corbim (2008) a pesquisa qualitativa é aquela que:

Pode se referir à pesquisa sobre a vida das pessoas, experiências vividas, comportamentos, emoções e sentimentos, e também à pesquisa sobre funcionamento organizacional, movimentos sociais, fenômenos culturais e interação entre nações. (Strauss; Corbim, 2008, p. 23).

Nesse panorama metodológico de intervenção, onde nenhum pesquisador é neutro diante de uma temática social, diante de uma realidade social, o meu objetivo é compreender essa realidade da pesca artesanal e das políticas públicas no município de São Francisco do Conde, não com olhar de um interventor, e sim com um olhar de um pesquisador e das ciências sociais, isto é, como uma realidade social antropológica.

De forma ainda preliminar, realizamos pesquisa de campo com 13 pessoas ligadas à atividade da pesca e a mariscagem no município de São Francisco do Conde, sendo duas delas explanadas aqui com o nome fictício, uma por estar ligado ao quadro funcional da prefeitura e a outra por temer ser retaliado por alguém, o primeiro vamos chamar de (Arlindo) e o segundo de (Orlando) estas pessoas são todas residentes no centro e no bairro de São Bento.

A faixa etária dos entrevistados compreende pessoas de 35 a 72 anos de idade e três dos entrevistados são aposentados. A escolha da idade foi motivada por diversos fatores que visam capturar uma amostra representativa e significativa da população de pescadores artesanais.

A escolha dessa faixa etária dos entrevistados também se deu pela questão de que tais pessoas possuem uma compreensão mais abrangente das mudanças que ocorreram ao longo do tempo na pesca artesanal. Isso pode abranger desde transformações nas técnicas de pesca até alterações nos ecossistemas aquáticos. Pois pescadores mais experientes podem ter um conhecimento mais profundo sobre práticas de pesca, porque estão diretamente envolvidos na atividade. Também os aposentados possuem grande relevância nesse âmbito, já que podem oferecer perspectivas únicas sobre as mudanças na pesca ao longo de suas carreiras, porque possuem muita experiência no exercício da pesca.

Além do mais, a inclusão de pescadores aposentados pode ser relevante na pesquisa, porque podem avaliar o impacto das políticas públicas ao longo do tempo, fornecendo informações sobre como essas políticas influenciaram as práticas de pesca e a vida desses profissionais ao longo das décadas.

Analisando os entrevistados, ficou perceptível que o grau de escolaridade desses trabalhadores é baixo. Todos possuem casa própria e vivem em zonas próximas ao mar. Os locais das entrevistas foram nas residências, salvo alguns casos que a entrevista aconteceu próxima a colônia de pesca e na banca de comercialização de mariscos e pescados.

Os conteúdos das entrevistas foram com base nas perguntas que se referem às políticas públicas voltadas para os pescadores artesanais do município e as condições socioeconômicas vividas por esse grupo.

Além dessas pessoas descritas no universo da pesquisa, entrevistamos também, representante de quatro secretarias do Governo municipal de São Francisco do Conde são eles: Vigilância em saúde do trabalhador – VISAT, Secretaria do Meio Ambiente, Agricultura e Pesca – SEMAP, Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente - COMDEMA, Secretaria Municipal de Governo – SEGOV. Esse trabalho de entrevista foi registrado no aparelho de gravação e apontamento no caderno de campo.

Justifica entrevistar esses atores porque é quem responde às questões governamentais de políticas Públicas, com relação aos pescadores e marisqueiras. Existem ações desses órgãos que recaem sobre o trabalho das pessoas que sobrevivem do mar. Além disso, as políticas públicas são formuladas e fiscalizadas por esses setores da administração pública.

Para François Laplatine (1943):

A etnografia é a coleta direta, e o mais minuciosa possível, dos fenômenos que observamos, por uma impregnação duradoura e contínua e um processo que se realiza por aproximações sucessivas. Esses fenômenos podem ser recolhidos tomando-se notas, mas também por gravação sonora, fotográfica ou cinematográfica (Laplantine, 2003, p. 16).

Nessa definição, compreende que a etnografia é um trabalho de campo feito de forma presencial onde possa haver uma aproximação direta do observador com os que estão sendo observado, para isso, o investigador precisa passar por um processo de convivência aproximada com o investigado.

Para Cleber Vasconcelos Oliveira, “O campo etnográfico da pesca persiste ativamente na análise dos conflitos de vida dos pescadores e no prosseguimento da análise territorial pesqueira, espaço de expressão de luta e resistência coletiva dessas comunidades” (Oliveira, 2018, p. 178).

De acordo com o autor, a etnografia da pesca deve trabalhar com o foco na perspectiva de entender os problemas que essa gente enfrenta no seu dia a dia no mar, analisando a vivência e levando em consideração a importância que essa classe tem na construção da sociedade.

Este trabalho introdutório de campo aconteceu no período do mês de abril de 2023, com pesquisa participante, que segundo Antonio Carlo Gil, (2002) “A pesquisa participante, assim como a pesquisa-ação, caracteriza-se pela interação entre pesquisadores e membros das situações investigadas”. (Gil, 2002 p. 55).

8 LEVANTAMENTO PRELIMINAR DOS DADOS DE PESQUISA

As informações preliminares recolhidas no trabalho de campo mostra que os pescadores iniciam o seu labor às 02: 00 hora da manhã, ao mais tardar às 03: 00 hora. As vestes que utilizam para seu exercício não obedecem a um padrão único, pois são camisas de tecido fino, shorts ou calça e poucos deles usam macacão de obras, já em relação às suas embarcações, utilizam pequenos barcos e canoas que tem em média 6 a 10 metros (com um motor adaptado, o qual eles chamam de motor de popa, e são poucos os pescadores que não possui um equipamento desses). Esses pescadores, em geral, quase todos são conhecidos pelos seus apelidos, e não por seu nome oficial.

Foi feito contato com a colônia de pescadores Z-05, tanto presencial como por escritos, mas não obtivemos uma resposta positiva para que pudéssemos entrevistar um dos seus representantes atuais. Sendo assim, no presente estudo, não foi possível relatar nada sobre a administração atual da Colônia Z-05, com relação à quantidade de associados e as possíveis ações com relação aos pescadores e marisqueiras que confia na instituição. As informações obtidas sobre a Colônia Z-05 são com base nos documentos que encontrei na internet, como o trabalho de: EDSON, Osvaldo Borges e Nacelice Barbosa, intitulado de: Território, territorialidade e participação social: um olhar sobre São Francisco do Conde-Bahia, que entrevistaram o presidente da época, onde caracterizou: atividade pesqueira desenvolvida como artesanal rudimentar, por dois aspectos: não apresentar grandes embarcações e técnicas de pesca que requer esforço humano, a partir do trabalho com redes, e ser uma atividade tradicional que atravessou diferentes gerações.

Com base na entrevista feita pelo autor Edson e Freitas em 2017 com o antigo presidente da colônia de pescadores Z-05, o mesmo destacou que “não houve evolução na

forma de pescar em São Francisco do Conde, ela ainda acontece em muitos casos como no passado, passando de geração para geração”. (Edson; Freitas, 2017, p. 10), ainda de acordo com os autores citados, o número de pessoas cadastradas, na Colônia Z-05, em 2017 era de 1.230 pescadores associados. Porém, sobre a atual administração da colônia em relação ao presente ano, não há informações a serem explanadas.

A maior concentração de pescadores fica no Centro, onde está localizada a colônia de pescadores Z-05. Esse local também fica de frente ao casarão de Cajaíba (construção do tempo imperial localizada na ilha de Cajaíba). Nessa mesma localidade existe uma banca de peixe improvisada próximo a o local onde existe uma oficina que foi produzida sem cuidado. Esse local foi um dos principais lugares de encontro com os pescadores, pois lá sempre tinha alguém, que estava consertando as redes ou fazendo algum pequeno reparo nas embarcações.

Diante as observações, notei que a banca de peixe só há uma, a qual é feita de madeira reciclada e sem qualquer tom de higiene, pois há apenas uma torneira de plástico pequena na altura do chão, possui um vaso de lixo velho, poucos pescadores têm uma balança manual (que são individuais, por isso acabam utilizando de maneira compartilhada apenas no momento em que chegam do mar), e seus vasilhames são baldes de plástico e caixas de isopor. Seu retorno do mar é entre às 08: 00 hora ou 09: 00 hora da manhã, geralmente negociam ali mesmo seus pescados, na banca improvisada. Alguns deles nem chegam a despejar na banca porque já tem cliente à espera na praia. Esses compradores são moradores e alguns comerciantes que têm banca de peixe dentro do Mercado Municipal.

Nessa observação, entre o galpão improvisado que os pescadores chamam de oficina e o píer da orla, pude ver diversos pescadores que estão por toda a extensão da orla a consertar suas redes, a limpar suas embarcações e também a jogar dominó.

Nas minhas observações com as mulheres marisqueiras, pude ver que essas mulheres são acompanhadas geralmente com seus filhos e até mesmo com os maridos, essas marisqueiras fazem pouco uso e às vezes não utilizam as embarcações. Com relação as suas ferramentas, no geral um sacho ou gancho, que ajudam na retirada do marisco das pedras, o seu horário de trabalho como elas afirmaram depende da maré, ou seja, se a maré estiver “tardeira” elas vão para o mangue mais tarde, se for “cedeira” vão mais cedo, e o retorno é da mesma forma, se a maré encher rápido elas recolhem pouco fruto do mangue e vão embora mais cedo, mas se demorar em encher consegue ficar mais tempo e pegam uma boa quantidade de mariscos.

Nessa observação, os frutos do trabalho não são comercializados na praia, e no cais não tem uma banca de marisco, essas mulheres e esses homens lavam os mariscos na água do

mar antes de levar para casa, (pois diminui o peso na hora do transporte, por causa da lama). Alguns cozinham o fruto no próprio local antes de levar e outros preferem cozinhar na residência.

8.1 RELAÇÃO SOCIAL DO SUJEITO COM O ESPAÇO

A história vivida de uma pessoa pode ser relatada de diversas maneiras, até porque, ao longo de sua existência os acontecimentos se modificam, porém, a narração dos fatos vividos por uma pessoa sempre tem algo a mais para ser contado, ou seja, até sua morte o sujeito tem história de sua vivência para ser relatada. Neste contexto, a relação entre os indivíduos de um grupo social é fundamental para lutas identitárias.

Meu nome é José Bispo, mais conhecido como Zé de Beneu, tenho 46 anos de idade e marisco há muito tempo. Minha família toda aprendeu a mariscar e pescar com os meus pais. A gente pesca, mas não ganha muito, mas dá pra sobreviver. Mas, na realidade, nada está bom, porque a gente sempre precisa de uma ajuda. Essa fábrica tá jogando essas porcarias nas águas do riacho, tá matando os peixes e mariscos. Eles pedem pra gente parar de pescar, porque muitos não vão comprar um peixe que está contaminado. Aí a gente já passa essa dificuldade, essa contaminação vem da fábrica de papel de Santo Amaro.

Durante a entrevista o marisqueiro relata os impactos causados pela poluição industrial da fábrica de papel situada em Santo Amaro, analisando essa afirmativa, pode-se comparar com a explanação feita por Fabricio de Sena onde ele informa que "A contaminação proveniente dos empreendimentos industriais pode ter uma relação direta com os problemas de saúde que acomete a população atualmente". (Ferreira, 2021, p.7).

Segundo a fala de Zé de Beneu, a fábrica descarrega suas águas nos manguezais de São Francisco do Conde, o que acaba afetando diretamente os pescadores e marisqueiras, causando a diminuição da captura de mariscos. Ainda de acordo Elma Pereira de Sá (2011, p. 56) se credibiliza a informação, que "Em São Francisco do Conde, os pescadores justificaram a baixa captura de pescados como decorrência da implantação da RLAM e de outras indústrias, incluindo processadoras de minério e de papel".

O entrevistado Jandeson, conhecido como Bago, que inicia a sua fala dizendo que: Nasci meus dentes na maré. Já vem de família. Eu pesco tudo. Sou associado, mas precisamos de um apoio. Devido à contaminação, ficamos muito prejudicados, essa água está matando os peixes, isso atrapalha os mariscos e morrem. Aqui a Secretária de Governo pode até ajudar alguns outros. Seria bom ter uma cooperativa para ajudar os pescadores.

O entrevistado cita que aprendeu a mariscar com os mais velhos, e que tem habilidade não só com a mariscagem, como também com a pesca, e que apesar de ser associado, ainda precisa de apoio da Colônia e da Prefeitura. Assim como afirmado pelo primeiro entrevistado, Bago disse que existe uma contaminação nas águas que está atrapalhando a retirada dos mariscos, pois estão morrendo, e sugere que o sistema de cooperativa seria uma boa ideia para os marisqueiros.

O terceiro entrevistado conhecido como Perreu, é um marisqueiro de mergulho, tem 42 anos de idade, e que marisca há mais ou menos 15 anos.

Palavras de Perreu, a Sexta-feira Santa de 25 de março é a que eu respeito, é a verdadeira, foi a morte de Cristo. Sábado de Páscoa foi a ressurreição de Cristo, outra data importante, mas essa sexta feira com outra dada eu não considero. A prefeitura não tem representante da pesca para correr atrás, o presidente da colônia está desinteressado, o negócio dele é o dinheiro dele no bolso todo mês. A pesca do camarão tá suspensa, é 15, 20, 30 dias depois que libera a pesca que a galera consegue dar entrada no defeso, quem trabalha somente com isso, come o quê, durante um mês ou dois meses? Infelizmente não tem uma verba guardada, são poucos pescadores que tem um dinheiro guardado, então, às vezes o cara tem que dar uma “roubadinha” no mar, nem que seja de madrugada, tem que levar o pão pra dentro de casa. Esta é a política de São Francisco do Conde, sei lá! Acho que o povo franciscano só tem valor na época mesmo das eleições, seja para colônia, para prefeito e vereadores, a não ser isso acabaram os gestores. Para os pescadores e marisqueiras é zero, nada para nós.

Diante da afirmativa do marisqueiro, podemos perceber a realidade da maioria dos pescadores e marisqueiras do município, os quais passam necessidades em virtude da suspensão da pesca durante o período de defeso inverno, pois aquela é a sua única fonte de renda. Mesmo existindo o defeso da pesca, as marisqueiras e pescadores não conseguem suprir as suas necessidades existentes, já que há um período determinado para solicitar o benefício.

Marinalva do Espírito Santo Braga, mais conhecida como Nina, explicou que sai para pescar às 06:00 horas e volta às 12:00 horas, dependendo do horário da maré.

Segundo ela, o início da sua mariscagem iniciou-se aos 15 anos de idade, e desde então segue nesse ramo, hoje ela possui 36 anos, sendo assim, já são 21 anos de exercício. Além disso, ela informou que acabou incluindo o seu filho nesse meio, pois ele é o seu companheiro de trabalho. Sua rotina de mariscagem consiste na coleta do sururu, limpeza, cozimento, e preparação para vender.

Nina explicou também que não há tantos mariscos como antigamente, porque a Baía Azul (sistema de limpeza de água advinda dos esgotos residenciais, de responsabilidade da

Embasa, que fica localizado na Rua do Cais, (próximo ao Cais, no bairro de São Bento) joga o esgoto para o mar e acaba matando os mariscos, local o qual onde ela pesca.

Palavra da marisqueira Cristina dos Santos:

Meu Deus dos Céus! Eu gosto muito de marisco e mariscar, faço isso desde pequena com meus pais, ainda quando morava na Baixa Fria. Sou pescadora artesanal, pena que a maré e o mangue estão contaminados, por isso os mariscos morrem e ficam com mau cheiro e ninguém compra os produtos.

Ela explicou que encontra o sururu e ostras mortas e não dá pra pegar por causa da contaminação e que pesca desde pequena, aprendeu com os pais quando morava no bairro da Baixa Fria. Segundo ela, há muita felicidade quando está pescando, pois dá pra ganhar 300 ou até 400 reais por semana, mas se sente triste em ver os mariscos que é um cumprimento no pão de cada dia estar sendo degradado.

Palavras de seu Amado pescador de 66 anos:

Sou pescador artesanal, pesco desde criança, pra mim o mar é uma casa. O mar é muito importante e sagrado, não tem comparação. Deus deixou pra gente cuidar dele. Aqui na terra é diferente, ser empregado pode ser decepcionado, aqui no mar o patrão é Deus. Quando eu consigo pescar alguma coisa, agradeço a Deus e quando não pego nada agradeço também. Sinto-me bem quando estou no mar.

Senhor Antônio, pescador com a idade de 66 anos, que é mais conhecido como seu Bendego, que vai descrever sua vivência com a pesca dizendo que:

Desde meus sete anos de idade que pesco. Hoje tenho 66 anos, tudo que tenho é da pescaria, enquanto puder não deixo de pescar por nada nessa vida. O mar pra mim é tudo na vida, não estudei pra ter uma profissão, estudei até a 5ª série, não fui em frente, me profissionalizei na pescaria, dia vou e ganho, dia vou e não ganho, então vou levando até o dia que Deus quiser. Quando vou pro mar vou com fé, primeiro em Deus, depois em Iemanjá, que nos protege. Os nossos governantes só se lembram da gente quando é eleição, e eles não fazem nada, precisamos de uma área pra gente vender os nossos mariscos, e que os atravessadores que vendem no mercado, eles são os primeiros a não valorizar nosso trabalho e querem comprar pela metade do preço. Temos condição de viver da pesca, temos um presidente na colônia, ele tem a poder de correr atrás, por exemplo: Aqui tinha uma cooperativa, coisa boa, porque a hora que a gente chega a gente entrega nosso marisco.

O pescador entrevistado declara ao seu amor pela pesca, pois mesmo estando aposentado vê na atividade da pesca um cumprimento econômico para melhor atender sua família e o prazer que tem em estar envolvido na atividade que lhe proporcionou momentos bons e momentos de dificuldades. Diante disso, se observa que para seu Bendego o mar tem um valor que não pode ser calculado, e que a pesca no município é boa demais, pois sempre

dá pra levar alguma coisa para casa. O entrevistado cita, que em momentos de dificuldade os camaradas o socorreram e que ao entrar no mundo das águas leva a fé em Deus e em Iemanjá, que segundo ele são quem o protege. O pescador já aposentado, ao falar de políticas públicas vai observar que os governantes só se lembram deles a cada quatro anos, e que a falta de uma banca de peixe estruturada na beira da praia é uma falta grande e o relacionamento com os vendedores do mercado não é com justiça.

Para o velho pescador, os pescadores do município de São Francisco do Conde têm condições de viver da pesca, até porque existe uma colônia de pescadores que deveria estar atento ao que acontece em torno dos pescadores e marisqueiras, mas não é isso que acontece. Segundo ele, o caranguejo também movimentava a economia do município e se tivesse uma cooperativa seria muito bom para os pescadores.

Seu Raimundo iniciou sua fala dessa maneira:

Meu nome é José Raimundo mais conhecido como Sabinha, à gente vive da pesca, tem nossa regata de canoa, é nosso lazer, nossa diversão, a gente queria mais apoio dos governantes, pois nós somos uma população muito sofrida, a gente da entrada do seguro defeso, a partir de segunda feira nós não podemos mais pescar, e como fica a sobrevivência da gente e da nossa família? Se não for a pesca, a gente vai morrer de fome. A gente vai viver de que? Esse pagamento era pra tá na conta pra poder pagar as contas e poder fazer algo. O mar, a gente vive dele, abaixo de Deus se não fosse ele!

O pescador Sabinha, demonstra o seu amor pela pesca e a paixão que ele tem pela canoagem que voltou a acontecer depois de muitos anos sem competição. A canoagem é a Corrida de Canoas / Regata José Aleixo da Cruz, em São Francisco do Conde. Neste movimento cultural, ao qual também pude vivenciar embarcando em um barco de apoio. Nessa observação é notável o relacionamento desses homens desde as primeiras horas no arrumar das embarcações, em conferir as velas, os traquejos e outros equipamentos e é só esperar a largada.

Palavra do pescador Evangel Barreto:

Meu nome é Evangel Barreto, conhecido como Brabo, sou um pescador nato de São Francisco do conde. A pesca artesanal pra gente é um lucro, é modo de viver que tem parte boa, e parte ruim, ninguém sabe o que o pescador passa dentro da água, muito obstáculo que a gente enfrenta e o valor do pescado é zero, a pesca artesanal é sadia, o mar pra mim está sendo uma fonte de renda, e dá pra gente curtir. Não temos apoio da colônia, é difícil. A pesca é a segunda prefeitura em termo de emprego.

O entrevistado vai observar que a pesca artesanal é um lucro, ou seja, é sua profissão, é aquilo que traz dignidade para eles, porém, segundo ele existem altos e baixos nessa atividade e que só quem enfrentar o mar com sua embarcação é que sabe. Nas palavras de Brabo o valor do pescado que os atravessadores que tem banca de peixe no mercado são baixos e que apesar disso, gosta do que faz e destaca que a atividade da pesca no município de São Francisco do Conde, pode ser considerada uma segunda prefeitura em termo de emprego.

Entrevistado de nome fictício (Orlando):

Hoje eu saí três da manhã, só peguei 2 camarões 1 siri e uma embira. Ainda tem os caras de Acupe quando vem às vezes pescar no meio da gente ainda vem armado, é arriscado à gente dizer alguma coisa e eles atirarem na gente. A gente fala lá na Colônia, pra ver se toma alguma providência, ninguém liga a gente tá atoa. As fábricas de papel de Santo Amaro da descarga dessem uma ferrugem amarelo, os mariscos morrem tudo, a água do mar está amarela. A Baía Azul joga pra dentro do mangue a água que é pra ser jogada no meio do mar, fica complicado pra gente marisqueiros, às vezes passo até fome e os órgãos competentes nem liga.

Assim como outros pescadores, Orlando é cedeiro e na sua fala observa que existe uma insatisfação com a Colônia por não intervir contra os pescadores de outro município que além de pescar em seu território ainda faz ameaças.

O pescador vai relatar também que é prejudicado na pescaria pela fábrica de papel e pela Baía Azul. Segundo ele, não adianta se queixar aos órgãos competentes, pois o mesmo não resolvem nada. A falta de informações sobre a existência de outros órgãos públicos que possa tomar providência com relação aos problemas existente deixa os pescadores sem opção.

No contexto estadual, o atendimento das demandas de meio ambiente e recursos hídricos, está sobre os cuidados do Instituto do Meio Ambiente e Recursos Hídricos (Inema) é uma Instituição Estadual Brasileira que atua no estado da Bahia. O INEMA foi criado através da Lei nº 12.212 de 04 de maio de 2011, promovendo a integração do sistema de meio ambiente e recursos hídricos do Estado da Bahia. O INEMA tem por finalidade executar as ações e programas relacionados à Política Estadual de Meio Ambiente e de Proteção à Biodiversidade, a Política Estadual de Recursos Hídricos e a Política Estadual sobre Mudança do Clima¹³.

O entrevistado de nome Everaldo Ramos vai iniciar sua fala dizendo que:

¹³ Disponível em: <https://br.linkedin.com/company/inema--instituto-do-meio-ambiente-e-recursos-hidricos#:~:text=O%20Instituto%20do%20Meio%20Ambiente,h%C3%ADricos%20do%20Estado%20da%20Bahia>. Acesso em: 07 dez. 2023.

Me nome é Everaldo Machado Ramos, mais conhecido como filho de Bem ti vi ou Irmão do oiteiro, tenho 59 anos de idade sou pescador artesanal há trinta anos na área da pesca. A pesca em São Francisco do Conde é muito boa, no período da COVID, 19¹⁴, dei entrada no auxílio emergencial que ficou tanto tempo em análise ao ponto de eu desistir e, infelizmente eu não recebi, mas Graças a Deus nós pescadores não fomos proibidos de pescar. As leis que existem com relação aos pescadores e às marisqueira eu não conheço todas, sei a do Seguro Defeso, que por sinal vai sair no mês de junho período da chuva, damos entrada em abril e recebemos no mês seis, mas nunca saí na data certa. Esta é uma cidade política, se lê a cartilha deles se torna mais fácil, mas se não lê, é aquilo mesmo, nesse caso é melhor se calar pra não perder algumas coisas. A manutenção das nossas embarcações somos nós mesmo que fazemos.

O Irmão do oiteiro, pescador que está há trinta anos na área da pesca vai declarar que a pesca artesanal do município de São Francisco do Conde é muito boa e que no período da COVID-19, eles (pescadores), não foram proibidos de trabalhar, até porque, segundo ele, os trabalhadores que estão na ativa, poucos receberam o auxílio emergencial. E ele foi um deles que não recebeu.

Em São Francisco do Conde, as ações de políticas públicas no período da pandemia aconteceram. Segundo a Secretaria de desenvolvimento Social e Esporte (SEDESE, 2020), foi elaborado um plano de Contingência da Existência da Social em decorrência da COVID-19.

E esse plano, tinha como objetivo: Assegurar a proteção social das famílias e/ou indivíduos em situação de vulnerabilidade social, contaminadas ou não, mas que podem ter sua condição agravada, ou ainda aquelas que anteriormente não precisavam das seguranças ofertadas pela Assistência Social, mas em decorrência da atual pandemia pelo coronavírus pode necessitar (SEDESE, 2020)¹⁵.

Desse modo, as pessoas cadastradas no CadÚnico, puderam ser assistidas pelas ações implementadas de políticas públicas, e nesse contexto, existem 706 pescadores e marisqueiras cadastrados no CadÚnico, segundo a SEDESE (2020). Ainda em conformidade com a SEDESE, nesse ano, a SEMAP, só beneficiou 346 (trezentos e quarenta e seis) pescadores e marisqueiras com Defeso Municipal¹⁶. Para o irmão do oiteiro, existem por baixo quatro mil pescadores associados e as Leis que os pescadores têm conhecimento é só a do Defeso

¹⁴ A COVID-19 é uma doença infecciosa causada pelo coronavírus SARS-CoV-2 e tem como principais sintomas febre, cansaço e tosse seca. Disponível em: <https://www.paho.org/pt/covid19#:~:text=A%20COVID%2D19%20%C3%A9%20uma,febre%2C%20cansa%C3%A7o%20e%20tosse%20seca>. Acesso em 07 dez. 2023.

¹⁵ Disponível em: <chrome-extension://efaidnbmnnnibpcajpcglclefindmkaj/https://saofranciscodoconde.ba.gov.br/wp-content/uploads/2020/06/Plano-de-Conting%C3%Aancia-da-Assist%C3%Aancia-Social-Finalizado-06-05-2020.pdf>. Acesso em: 05 dez. 2023.

¹⁶ Disponível em: <chrome-extension://efaidnbmnnnibpcajpcglclefindmkaj/https://saofranciscodoconde.ba.gov.br/wp-content/uploads/2020/06/Plano-de-Conting%C3%Aancia-da-Assist%C3%Aancia-Social-Finalizado-06-05-2020.pdf>. Acesso em: 05 dez. 2023.

Inverno. Desse modo, essa política de ação social não atendeu o número suficiente dos requerentes. Nas palavras dele a cidade é política, se não falar mesma língua, pode ser prejudicado.

O entrevistado Silvestre dos Santos de 66 anos de idade vai iniciar sua fala dizendo que:

Meu nome é Silvestre dos Santos, tenho 66 anos, pesco desde meus oito anos de idade, minha pesca é artesanal, pesco camarão e peixe, nós pescamos aqui com até 100, 300 e 500 metros de rede. Só não podemos pescar na época da desova do camarão. A colônia não ajuda a classe pesqueira, a prefeitura também não, a não ser com o defeso inverno, nem todos tem o direito de receber, só umas duzentas pessoas. A colônia tinha que tomar a frente e a secretaria de pesca também, mas nada fazem em relação a isso. O mar é minha maior fonte de renda, nós não passamos fome aqui por causa dele. O pescador aqui não tem direito de um boxe para vender seu pescado. A oficina aqui é uma coisa que a prefeitura deveria fazer, a colônia aí não é para guardar o material, deveria existir um local apropriado para isso.

De acordo com o pescador entrevistado, senhor Silvestre, se considera um pescador artesanal e pesca desde criança (camarão e peixe). Alega não ter apoio da colônia e da prefeitura, nem mesmo na época do defeso inverno. Alega também não ter um boxe para vender os pescados e a manutenção para as suas embarcações. Segundo ele, quem faz essa manutenção das embarcações são os próprios camaradas, de forma artesanal (rústica), pois não tem as ferramentas necessárias para trabalhar.

A entrevista com o funcionário de nome fictício (Arlindo), em um aparelho de gravação relatou o seguinte:

O pescador só é reconhecido quando tem registro, quando se cadastrar nos órgãos oficiais e adquirem sua carteira, você está reconhecido, você está legalizado é sua profissão. Foi observado que a maioria do povo não tinha. Muitos já morreram, principalmente mulheres marisqueiras e não conseguiram se aposentar, conseguiram até fazer carteira, mas não se aposentaram. Por quê? Porque viveram muitos anos ajudando pai, ajudando mãe e depois ajudando marido outras ficaram mães solteiras que tinham que criar seus filhos da maré, mas nunca se legalizou. Por quê? Muitas por falta de conhecimento. O nível de alfabetização entre os pescadores é muito grande, a maioria deles só aprendeu a assinar o nome, se mandar assinar um documento, ele não vai. Não existe tanto contato com os pescadores e a secretaria, o maior contato com eles é no defeso inverno. A Petrobrás influência de um lado com os derramamentos, a questão dos lixos, tantos de esgoto que são derramados no mar, e também os próprios pescadores.

No Brasil, as comunidades pesqueiras são reconhecidas e protegidas por diferentes leis e normativas. Algumas leis importantes que tratam do reconhecimento de direitos das comunidades pesqueiras incluem: Lei nº 11.959/2009, dispõe sobre a Política Nacional de

Desenvolvimento Sustentável da Aquicultura e Pesca, reconhecendo a importância social, econômica e cultural das atividades pesqueiras. Ela estabelece princípios e diretrizes para o desenvolvimento sustentável da pesca e aquicultura¹⁷.

A Lei nº 11.699/2008 versa sobre as Colônias, Federações e Confederação Nacional dos Pescadores, regulamentando o parágrafo único do art. 8º da Constituição Federal e revoga dispositivo do Decreto-Lei nos 221, de 28 de fevereiro de 1967. Art.1º As Colônias de Pescadores, as Federações Estaduais e a Confederação Nacional dos Pescadores ficam reconhecidas como órgãos de classe dos trabalhadores do setor artesanal da pesca, com forma e natureza jurídica próprias, obedecendo ao princípio da livre organização previsto no art. 8º da Constituição Federal¹⁸.

O Projeto de Decreto Legislativo (PDL) nº 34/93, que sancionou o texto da Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) - Agência da Organização das Nações Unidas (ONU) - sobre os povos indígenas e tribais em países independentes, foi aprovado no dia 19 de junho de 2002. Reza no seu artigo 14 da Convenção nº 169 que trata especificamente do direito dos povos indígenas e tribais de "manter suas práticas econômicas tradicionais". Isso inclui atividades como caça, pesca roças (cultivo de terras) e trocas interfamiliares¹⁹. A Convenção reconhece o direito dos povos indígenas e tribais de continuar suas práticas tradicionais de caça e pesca. Isso reflete a importância dessas atividades para a subsistência e a preservação cultural desses grupos.

A Convenção nº 169 da OIT sobre Povos Indígenas e Tribais: Embora não seja específica para comunidades pesqueiras, essa convenção estabelece o direito à consulta prévia e informada para povos indígenas e tribais, o que pode ser relevante em casos de impactos sobre comunidades tradicionais.

Para Priscila Caneparo dos Anjos, (2021, p. 482) [...] os povos, para serem considerados como indígenas e/ou tribais, devem estar presentes em um determinado território antes de sua conquista ou colonização, tendo perdurado, em termos de habitação, desde aquela época.

¹⁷ Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/111959.htm. Acesso em: 07 dez, 2023.

¹⁸ Disponível em: <https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/mpa/legislacao/legislacao-geral-da-pesca/lei-no-11-699-de-13-06-2008.pdf/view>. Acesso em: 07 dez, 2023.

¹⁹ Disponível em:

https://pib.socioambiental.org/pt/Conven%C3%A7%C3%A3o_OIT_sobre_Povos_Ind%C3%ADgenas_e_Tribais_em_pa%C3%ADses_independentes_n%C2%BA._169#:~:text=Os%20Artigos%2015%20e%2014,remo%C3%A7%C3%B5es%20de%20suas%20terras%20tradicionais. Acesso em: 07 dez, 2023.

Para além das leis implementadas na casa legislativa do município de São Francisco do Conde, é notável que há outras Leis implementadas, no território brasileiro que estão em vigor e que está em torno dos pescadores e das marisqueiras.

Para além das leis implementadas na casa legislativa do município de São Francisco do Conde, é notável que há outras Leis implementadas, no território brasileiro que estão em vigor e que está em torno dos pescadores e das marisqueiras.

8.2 PRINCIPAIS LEIS IMPLEMENTADAS NO MUNICÍPIO DE SÃO FRANCISCO DO CONDE COM RELAÇÃO AOS PESCADORES E MARISQUEIRAS

Nos últimos seis anos a Casa Legislativa do município de São Francisco do Conde²⁰, não aprovou leis direcionadas a classe de pescadores e marisqueiras. Porém, ainda se encontram em vigor outras leis anteriores que beneficiam essas pessoas. Também há inúmeras ações, que podem ser vistas como políticas públicas, realizadas na área da saúde, do meio ambiente, da cultura e diversos outros segmentos. Levando em consideração a análise das principais políticas públicas, destacam-se quatro Leis, dentre todas, as quais serão explanadas abaixo:

1º QUADRO REFERENCIAL, QUE MOSTRA O LEVANTAMENTO PRELIMINAR DAS PRINCIPAIS LEIS EM TORNO DA PESCA ARTESANAL EM S.F.C

A Lei Municipal N° 166/2010, que cria o Fundo Socioambiental Municipal – FUSAM. Essa lei é de suma importância para os pescadores e marisqueiras, pois no artigo 2º, inciso II versa sobre a melhoria da qualidade de vida da população local, no inciso IV explana a respeito da prevenção de danos ambientais, no inciso V fala sobre a melhoria da qualidade de vida da população local, e no inciso VI explica sobre a promoção da educação ambiental.

Esta Lei se aproxima dos pescadores e marisqueiras, pois procura levar melhoria de vida de forma direta não só aos pescadores e marisqueiras, mas a toda população. Até porque 7 dos 13 entrevistados relataram que o mar está contaminado. Sendo assim, se essa Lei for

²⁰ A Câmara Municipal de São Francisco do Conde-BA é o Poder Legislativo da cidade, um órgão público onde atuam os vereadores e vereadoras eleitos pelo povo, que têm como funções principais elaborar as leis, fiscalizar os trabalhos do Poder Executivo (Prefeitura) e sugerir ações e melhorias para a cidade. Disponível em www.camaramunicipal.com.br/sobre/camara-municipal-de-sao-francisco-do-co... Acesso em 10 jun. 2023.

observada e cumprida, os frutos do mar não sofrerão com as contaminações relatadas pelos entrevistados.

A Lei Municipal N°209/2011 que cria o Programa de Campo Para Todos, que versa em seu artigo 1° a finalidade de incentivar a aquicultura, a pesca, compreendendo as ações vinculadas a aquisição e a distribuição dos produtos adquiridos para as pessoas em situação de insegurança alimentar. Esta Lei ainda se encontra em vigor, e se relaciona diretamente com os pescadores e as marisqueiras, pois agrega mais uma modalidade para a criação de animais aquáticos, que uma vez implantada no município, poderia dar um novo norte à pesca em São Francisco do Conde na questão social e econômica. Confirmando a lei em vigor, foi distribuído através da Secretaria de Meio Ambiente, Agricultura e pesca no dia 02 de junho de 2022, no bairro da Jabequara, a entrega de alevinos da espécie tilápia, para os pequenos produtores rurais inseridos na atividade pesqueira do município, gerasse renda, aumentando a criação da espécie e o consumo familiar.

A Lei Municipal N°056/2008 que cria o Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente- COMDEMA.

O objetivo do COMDEMA em São Francisco do Conde é promover, assessorar e executar projetos de educação ambiental, visando a manutenção da qualidade ambiental dos manguezais e estuários do município, ecossistemas fundamentais para o exercício da classe. O COMDEMA também fiscaliza o cumprimento da política ambiental do município, fazendo cumprir as normas existentes ou propondo novas resoluções visando à preservação ambiental.

A Lei que criou o COMDEMA é de grande relevância para a classe pesqueira, pois, este órgão, em suas atribuições atua na educação ambiental cuida dos ambientes dos manguezais, e os ecossistemas. Sendo assim, os homens e as mulheres que atuam no mar e nos mangues, terão um ambiente de trabalho em que possam exercer suas atividades com mais segurança.

A Lei de Nº 388/2015, criou no município de SFC o programa Seguro Inverno, revogando a Lei Nº 189/2011, mas ainda hoje está beneficiando marisqueiras e pescadores do município. De acordo ao artigo 1º da Lei do Defeso Inverno o pescador ou marisqueiro profissional que exerça sua atividade de forma artesanal de parceria, individualmente, ou em regime de economia familiar, ainda que com o auxílio eventual de parceiros é quem tem direito ao benefício. Além disso, explica que o defeso será no valor de um salário-mínimo mensal, durante o período de suspensão da atividade pesqueira. Por esse motivo é versado no artigo 3º que a concessão do benefício fica limitada, anualmente, ao número máximo de 1.000 (mil) bolsas-auxílio.

A importância desta Lei para os pescadores e marisqueiras do município de São Francisco do Conde é de grande valia, pois, esta política pública que funciona com a distribuição de renda é importante para a manutenção econômica nos período em que eles são proibidos de pescar. Porém, é uma pequena parte dos pescadores que recebem o benefício, uns por estar recebendo outro benefício, outro por está com vínculo empregatício e também por questão burocrática e principalmente pela falta de informações. Em 2017²¹, foram contemplados com esse benefício 395 pescadores e marisqueiras. Já em 2018²², houve um pequeno aumento dos beneficiados, totalizando 419 pescadores e marisqueiras. Em 2019²³, esse número caiu para 320 pescadores e marisqueiras. Em 2020²⁴, esse número baixou novamente para 305 pescadores e marisqueiras beneficiados. Em 2021²⁵, foram cadastrados 275 pescadores e marisqueiras. Já no ano de 2022²⁶, o benefício foi pago a 310 pescadores e marisqueiras.

Neste contexto foi comprovado a existência do pagamento para 2024 (Dois mil e vinte e quatro pessoas), no período de 2017 a 2022. De acordo com a Lei era para ser contemplado durante esse período o número de seis mil pessoas, porém, o que se vê é um déficit de 3974 trabalhadores que não tiveram seus direitos respeitados. Segundo o

21 Disponível em: <https://www.politicainrosa.com.br/conde-semap-pagara-terceira-parcela-do-defeso-municipal-nesta-segunda/>. 13 mai, 2023.

22 Disponível em: <http://saofranciscodoconde.ba.gov.br/semap-pescadores-e-marisqueiras-receberam-a-segunda-parcela-do-defeso-inverno-municipal/>. Acesso em: 27 abr. 2023.

23 Disponível em: <http://www.camarasaofranciscodoconde.ba.gov.br/noticias/2267/defeso-inverno-comeca-a-ser-pago-nesta-terca/?pg=706>. Acesso em: 13 mai. 2023.

24 Disponível em: <http://www.camarasaofranciscodoconde.ba.gov.br/noticias/2463/prefeitura-paga-primeira-parcela-do-defeso-inverno/?pg=18>. 13 mai, 2023.

25 Disponível em: <http://saofranciscodoconde.ba.gov.br/defeso-inverno-275-pescadores-e-marisqueiras-do-municipio-sao-beneficiados/>. Acesso em: 14 mai. 2023.

26 Disponível em: <https://saofranciscodoconde.ba.gov.br/defeso-inverno-pescadores-e-marisqueiras-do-municipio-sao-beneficiados/> Acesso em: 13 mai. 2023.

pescador irmão do oiteiro, a colônia Z-05, tem por baixo quatro mil associados. Segundo o funcionário da prefeitura, Alexandre Paulino, em São Francisco do Conde tem um total de mais de 3000 mil pescadores e marisqueiras que são assistidos pelo programa do Estado e do município. Dessa forma, acaba contrariando o número real de pescadores e marisqueiras existentes no município de São Francisco do Conde, que por motivos burocráticos e por falta de conhecimento dos próprios trabalhadores em relação aos seus direitos, o pagamento com base na lei acaba não acontecendo de forma completa.

8.3 AÇÕES GOVERNAMENTAIS ENTRE 2017 A 2022 EM TORNO DA PESCA ARTESANAL EM SÃO FRANCISCO DO CONDE

Ações governamentais no município de São Francisco do Conde no período de cinco anos, nesse item estão uma breve análise de como essas ações se relacionam com as experiências trazidas pelos pescadores e marisqueiras nas entrevistas.

Em 2017, essas ações que foram realizadas em torno dos pescadores e marisqueiras foram de suma importância para que haja a prevenção e cuidado com a riqueza do município que são os manguezais, os quais trazem o ganha pão de muitas pessoas na cidade, inclusive trazendo dignidade, mesmo havendo adversidades, assim como afirma o pescador entrevistado em abril de 2023, Evangel Barreto, conhecido como Brabo²⁷.

As ações realizadas em 2018²⁸, foi a ação de capacitação, a qual influenciaram as pessoas a estudarem o ambiente em que estão, visto que, vários pescadores e marisqueiros precisaram largar os estudos de maneira precoce para trabalhar, assim como afirma o pescador de 66 anos, Antônio, conhecido como Bendego. Ou seja, possuem o conhecimento prático, porém ao obter um conhecimento teórico é essencial para que possam evoluir em diversos pontos, o entrevistado, funcionário de prefeitura (Arlindo) vai observar também, que muitos pescadores e marisqueiras o nível dos que não alfabetizado é grande, onde a maioria

²⁷ Secretaria do Meio Ambiente, Agricultura e Pesca – (SEMAP) promoveu uma ação de monitoramento e fiscalização ambiental nas águas do município, em 02/02/2017; SEMAP discutiu a implantação de Unidade de Produção de Ostra no município, 17/03/2017. Disponível em: <https://saofranciscodoconde.ba.gov.br/2017/02/page/5/>. Acesso em: 26 mai. 2023.

²⁸ Secretaria do Meio Ambiente, Agricultura e pesca – (SEMAP) realizou ação em comemoração ao “Dia Mundial de Proteção aos Manguezais”, 27/07/2018 e Marisqueiras e a Prevenção do Câncer: Ação finaliza parte das atividades e voltará nos dias 24 e 25 de outubro, 11/10/2018. A Prefeitura de São Francisco do Conde, através da Secretaria da Saúde —SESAU, por meio do setor de Vigilância em Saúde do Trabalhador — VISAT. Disponível em: <https://saofranciscodoconde.ba.gov.br/2018/07/>. Acesso em: 26 mai. 2023.

apenas sabe assinar o nome, ou seja, se mandar assinar um documento ou ler, não saberá fazer.

Em 2019, a ação de proibição de pesca e mariscagem em determinados períodos é importante para que os frutos do mar possam se reproduzir e não haja a sua extinção. Pois se a coleta for feita no período de reprodução irá interferir na cadeia e prejudicará os próprios pescadores, uma vez que os pescados irão desaparecer. Porém, mesmo assim, alguns pescadores e marisqueiras acabam indo buscar seu ganha pão no período proibido, porque não possui outra opção, já que não são todos trabalhadores que recebem o benefício no período de defeso. Porque o benefício demora em dar entrada, já que o sistema possui muita burocracia e não são todas as pessoas que possuem conhecimento a respeito, assim como afirma o pescador José Raimundo, conhecido como Sabinha.

As ações de capacitação são necessárias, porque muitas pessoas acabam se contaminando e não sabem, pois estão em contato direto com os mariscos. Ao aprenderem sobre as condições de trabalho e segurança alimentar, mesmo já sabendo por causa da prática cotidiana, podem se prevenir, assim como relata a marisqueira Cristina dos Santos. Garantido assim o futuro das próximas gerações das famílias de pescadores e marisqueiras²⁹.

Em 2020, não houve ações publicadas nesse período. Não haver ações para pescadores e marisqueiras no ano de 2020 foi uma grande falta de responsabilidade e comprometimento com as pessoas que dependem da pesca e mariscagem. Pois em 2020, foi o ano em que se iniciou a pandemia do Covid-19, momento no qual as pessoas não puderam sair de suas residências, já que o Governo determinou o recolhimento de todos os indivíduos, com horário e dia determinado para se locomover pelos lugares. Porém não pensou em ações de forma imediata para aqueles que não possuíam estabilidade financeira para aquele período. Isso é confirmado pela Secretaria do Meio Ambiente, Agricultura e Pesca – SEMAP e do entrevistado de nome fictício (Arlindo). De acordo com o pescador Everaldo, no período da COVID. 19, nem todos receberam o auxílio emergencial, entretanto, segundo ele, os pescadores não foram proibidos de pescar.

Já em 2021, ações que foram dispensadas para quem estavam envolvidas nesta atividade de forma direta e indireta foram fundamentais. Porque o meio ambiente é um direito coletivo, além de ser transgeracional, por esse motivo, deve ser cuidada por todos da

²⁹ Defeso do caranguejo-uçá acontece nos períodos de fevereiro e março, 08/02/2019. A Secretaria de Meio Ambiente, Agricultura e Pesca (SEMAP), de São Francisco do Conde, informa que os períodos de proteção da reprodução do caranguejo-uçá devem ser cumpridos neste mês de fevereiro, entre os dias 05 a 10/02 e de 20 a 25/02, bem como no mês de março, de 07 a 12/03 e de 21 a 26/03. Disponível em: <https://saofranciscocondo.ba.gov.br/2019/06/page/2/>. Acesso em: 26 mai. 2023.

sociedade. Assim como afirma o pescador senhor Amado, de 66 anos, que explanou na entrevista sobre a importância do mar e da natureza, explicando que além de trazer o alimento, traz paz, tranquilidade, e contentamento³⁰.

Por fim, em 2022, essas ações realizadas são necessárias, porque os pescadores e marisqueiras podem usufruir de um maior lucro nos seus produtos, pois como afirma o pescador, o senhor Antônio, é necessário valorização do trabalho pesqueiro, o projeto de piscicultura pode trazer novas perspectiva de vida para aos que estão envolvidos nesta atividade³¹.

8.4 ENTREVISTA PRELIMINAR COM ATORES GOVERNAMENTAIS E DA COLÔNIA Z-05

SECRETARIA DE GOVERNO – SEGOV

Secretaria de Governo – SEGOV. A secretaria de Governo, na pessoa do Senhor secretário Eliezer Santana, não concedeu a entrevista presencial, mas disponibilizou todas as Leis municipais que versa sobre pescadores e marisqueiras do município de São Francisco do Conde, colocando-se à disposição para mais informações se for o caso.

CONSELHO MUNICIPAL DE DEFESA DO MEIO AMBIENTE - COMDEMA

Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente- COMDEMA, que está ligado à pasta da Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente – SEINFMA. Marcelo Yukio Barreto Mizushima, representante da Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente no COMDEMA, que ocupa atualmente a função de Presidente em exercício do Conselho, não concedeu a

³⁰ Secretaria do Meio Ambiente, Agricultura e Pesca – (SEMAP) levou ações de sensibilização para o Caípe de Baixo, 01/10/2021; A Prefeitura de São Francisco do Conde, por meio da Secretaria de Meio Ambiente, Agricultura e Pesca – SEMAP, promoveu as primeiras atividades do Circuito Integrado de Ações. Ao todo, foram 4 dias de atividades nessa primeira etapa, voltadas para a sensibilização da importância dos manguezais; SEMAP: O Projeto Circuito Integrado de Ações está percorrendo o município com ações de conscientização, 25/11/2021; A Prefeitura de São Francisco do Conde, por meio da SEMAP, promoveu duas ações dos circuitos integrados no mês de novembro (2º e 3º Circuito), que envolveram sensibilização e mutirão de limpeza do manguezal.

³¹ A Prefeitura, por meio da Secretaria de Meio Ambiente, Agricultura e Pesca – SEMAP, realizou, nos dias 07, 08 e 09 de junho, o curso de trabalhador na piscicultura, em parceria com o Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR); A Prefeitura, por meio da SEMAP, realizou, no dia 02 de junho, a distribuição de alevinos, 03/06/2022; A Prefeitura de São Francisco do conde, através da Secretaria de Meio Ambiente, Agricultura e Pesca SEMAP, realizou no dia 02 de junho, no bairro da Jabequara, a entrega de alevinos da espécie tilápia,

entrevista de forma oral. Mas concedeu por escrito um documento caracterizando COMDEMA e se colocando à disposição para futuras informações.

SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE, AGRICULTURA E PESCA - SEMAP

Secretaria do Meio Ambiente, Agricultura e Pesca – SEMAP. Em resposta à solicitação da entrevista nos enviou respostas por E-mail, a seguinte informação: Segundo dona Carla Oliveira, representante da Secretaria de agricultura e Pesca – SEMAP. Em dois anos a secretaria vem realizando ação de sensibilização dos defesos - (camarão, caranguejo) - com os pescadores, marisqueiros e marisqueiras, da localidade do município, promovendo ações de conscientização sobre a importância da proteção e preservação do camarão, sete barba respeitando o período de reprodução da espécie. Fundamentada na lei de crimes ambientais nº 9.605 de Fevereiro de 1988. Limpezas do manguezal, pleiteamos aquisição de apetrechos para essas categorias. Implantação de ups - unidade produtiva sustentáveis-criação de ostras e sururu.

VIGILÂNCIA E SAÚDE DO TRABALHADOR - VISAT

Alexandre Paulino, funcionário na prefeitura de São Francisco do Conde desde 2014, que está no departamento de Vigilância e Saúde do Trabalhador – VISAT. Vai relatar em entrevista em áudio, no dia 17 de abril de 2023, em que: A VISAT sempre teve um olhar diferenciado para grupos e para perfil profissionais do município. E entre estes grupos específicos temos um olhar mais específico para comunidade pesqueira; “marisqueiras e pescadores artesanais”. O departamento sempre teve essa preocupação de levar, em especial as políticas públicas aos pescadores e marisqueiras, sobre o processo de trabalho, processo de segurança, o uso dos Equipamentos de proteção Individual - EPIS, e de biossegurança.

As formas de tratamento de saúde em relação ao trabalho, esse foi nosso papel, o cuidado com o trabalho, o emprego, com relação aos pescadores e marisqueiras artesanais do nosso município. Segundo Paulino, a vigilância do trabalho está atuando de forma preventiva desde 2017. Fazendo treinamento e capacitação, dando orientação técnica nas colônias e associações de pesca do município. Temos duas Colônia de pesca, cinco associações um total de mais de 3000 mil pescadores e marisqueiras que são assistidos pelo o programa do Estado e do município, Mas, além desses programa de assistência, na Secretaria de Saúde temos o cuidado com os pescadores e marisqueiras, todos os anos nós ministramos palestras, cursos e

capacitações, treinamento diversos dos mais variados, como o meio ambiente, segurança do trabalho, como eles podem acessar o Sistema Único de Saúde - SUS através da secretaria, direitos como pescadores e deveres. Todos os cuidados que tivemos com eles.

No mês do Outubro Rosa tem ações como investigações, exames, encaminhamentos contra o câncer nas marisqueiras. No mês de novembro acontece com os pescadores a prevenção da próstata. E durante o período de grande dificuldade mundial, a pandemia da Covid-19, a única ação em relação aos pescadores e marisqueira para auxiliá-los foi a Federal, que disponibilizou o auxílio emergencial, que inclusive foi um benefício em geral para população e não direcionado apenas aos pescadores e marisqueiras.

9 CONSIDERAÇÃO PRELIMINAR

No decorrer de um ano de pesquisa o nosso trabalho foi tentar compreender as principais Políticas Públicas implementadas em torno da pesca artesanal no município de São Francisco do Conde. Os trabalhos de campo com as entrevistas apontaram para o fato de que há políticas públicas para esta classe de trabalhadores. No entanto, ainda é desconhecida por muitos deles. Percebe-se que, por falta de conhecimento dessas políticas públicas implementadas em torno da pesca artesanal, eles sofrem, e têm uma vida muito difícil, pois, de algum modo uns são beneficiados por essas ações e outros não, reforçando a hipótese da pesquisa que aponta para a questão de uma desassistência dessas políticas públicas existentes. Os pescadores e marisqueiras acreditam que só existe o benefício do defeso inverno e que as demais ações não desrespeitam a eles, e que não acrescenta nada em sua atividade.

Diante disso, o estudo notou que esta falta de comunicação entre os pescadores e marisqueiras ativos, com a Colônia Z-05, é um dos motivos desse apagão (falta de esclarecimento sobre a garantia e manutenção dos direitos), entretanto, a colônia Z-05, tem um bom relacionamento com os pescadores e marisqueiras que não são atuantes na atividade da pesca artesanal e que existe dificuldade em ceder informações aos próprios associados. Nota-se também, que a Casa Legislativa municipal não faz o seu serviço de fiscalizar as Leis. E nas respostas dos autores governamentais, o que ficou evidente foi que as ações que são direcionadas para os pescadores e marisqueiras por força da lei não recaem em um número significativo nas pessoas que sobrevivem do mar.

Portanto, tenho como finalidade até então que os pescadores e marisqueiras possuem falta de conhecimento dos seus direitos por questões estruturais, como a falta de escolaridade,

aptidão a acessar as normas existentes, e a falta de fiscalização dos órgãos responsáveis. Além disso, esses desassistidos não chegam a um total de abandono, porém, a falta de assistência a essa classe trabalhadora pode chegar ao ponto de isso acontecer em determinado momento se a situação continuar dessa maneira.

10 CRONOGRAMA

	TCC 1	TCC II
Revisão Bibliográfica	X	x
Discutir os objetivos		x
Entrevistas		x
Análises e interpretações		x
Escrita	X	x
Revisão	X	x

REFERÊNCIAS

- ABEL, Mara. *Como Fazer uma Monografia*. [http://www. inf. ufrgs. br/gpesquisa/bdi/links/misc/Monografia1. pdf](http://www.inf.ufrgs.br/gpesquisa/bdi/links/misc/Monografia1.pdf). Acesso em, v. 5, 2006.
- BERTOLETTI, Esther Caldas et al. Alexandrina Sobreira de Moura.
- BUTI, Rafael Palermo. Imagens do Petroceno: habitabilidade e resistência quilombola nas infraestruturas do petróleo em manguezais do Recôncavo baiano. *Amazônica-Revista de Antropologia*, v. 12, n. 1, p. 277-301, 2020.
- CAROSO, Carlos; TAVARES, Fátima; PEREIRA, Cláudio (Ed.). *Baía de Todos os Santos: aspectos humanos*. SciELO-EDUFBA, 2011.
- DA SILVA, A. P. "Pesca artesanal brasileira: aspectos conceituais, históricos, institucionais e prospectivos." (2014).
- DANTAS, Humberto. "Ciência política e políticas de educação: conceitos e referências [recurso eletrônico]." *Rio de Janeiro, Konrad Adenauer Stiftung* (2021).
- DE ARAÚJO, Ubiratan Castro. A Baía de Todos os Santos: um sistema geo-histórico resistente. *Bahia Análise e Dados*, 2000.
- DE MATTOS, Pedro Lincoln CL. "A entrevista não-estruturada como forma de conversação: razões e sugestões para sua análise." *Revista de Administração Pública-RAP* 39.4 (2005): 823-846.
- DIEGUES, Antônio Carlos Sant'Ana. *A pesca construindo sociedades: leituras em antropologia marítima e pesqueira*. NUPAUB-USP, 2004.
- DIEGUES, Antonio Carlos. "A sócio-antropologia das comunidades de pescadores marítimos no Brasil." *Etnográfica. Revista do Centro em Rede de Investigação em Antropologia* 3.2 (1999): 361-376.
- EDSON, Osvaldo Borges e FREITA, Nacelice Barbosa. **TERRITÓRIO, TERRITORIALIDADE E PARTICIPAÇÃO SOCIAL: UM OLHAR SOBRE SÃO FRANCISCO DO CONDE – BAHIA**, 2017.
- EDUARDO, Márcio Freitas. "TERRITÓRIO, TRABALHO E PODER: por uma geografia relacional/TERRITORY, WORK AND POWER: for a relational geography." *Revista Campo-Território* 1.2 (2006).
- FEDERAL, Senado. *Constituição*. Brasília (DF), 1988.
- FERREIRA, Fabrício de Sena. "Insegurança alimentar no Recôncavo Baiano: impactos da contaminação de mariscos por metais tóxicos em uma comunidade de São Francisco do Conde, BA." (2021).

FERREIRA, Fabrício de Sena. "Marcas e reconfigurações do território de São Francisco do Conde (séculos XVI-XIX)." (2016).

GIL, Antonio Carlos et al. *Como elaborar projetos de pesquisa*. São Paulo: Atlas, 2002.

Growth and innovation rates in a high-technology industry." *Strategic Management Journal* 21 (1998): 791-811.

LAPLANTINE,, François. *Aprender antropologia*. (2003): 1-172.

Little, Paul. "Territórios sociais e povos tradicionais no Brasil: por uma antropologia da territorialidade." *Anuário antropológico* 28.1 (2003): 251-290.

LONGA ROMERO, Fanny. "O pescador é sofredor": identidades e conflitos em torno da reprodução social da pesca artesanal na praia de Itapoã, Espírito Santo." *Estudos de Sociologia, Local de publicação 1* (2014).

MARTINS JUNIOR, O. E. B., and NF BARBOSA. "Território, territorialidade e participação social: um olhar sobre São Francisco do Conde-Bahia." *Encontro Nacional e Fórum Estado, Capital, Trabalho* 4 (2017).

MARX, Karl. Capítulo V–Processo de Trabalho e Processo de Valorização. O capital: crítica da economia política, v. 1, p. 297-315, 1996.

MATTEI, Pedro João Valdez. A falta de regulamentação da convenção 169 da OIT, a omissão constitucional e os povos indígenas e tribais. 2015.

MOURA, Adriana Maria Magalhães de Organizadora. Governança ambiental no Brasil: instituições, atores e políticas públicas. 2016.

OLIVEIRA, Cleber Vasconcelos. "Aspectos da pesca no Brasil: contexto, cenários e perspectivas." (2018).

PAULO, Cristiano Quaresma de. "Geografia (s) da pesca artesanal brasileira." (2018)

POLLAK, Michael. Memória e identidade social. *Revista estudos históricos*, v. 5, n. 10, p. 200-215, 1992.

PRYSTHON, Adriano. "Revisitando a Pesca Artesanal na Embrapa. Um “Oceano azul” de oportunidades ou um “oceano vermelho” de ameaças?." *Research, Society and Development* 10.3 (2021): e45010313572-e45010313572.

ROCHA, Jorge Alberto da Costa. *Michel Foucault: crítico-esteta-cínico mitigado*. EDUEPB, 2014.

SÁ, ELMA Pereira de. "Estudo exploratório sobre a pesca artesanal e a cadeia de distribuição do pescado em comunidades de São Francisco do Conde–BA." (2013).

SILVA, Priscilla Nunes. Produção acadêmica sobre inteligência competitiva: estudo dos trabalhos de conclusão do curso de Gestão Estratégica da Informação na Universidade Federal de Minas Gerais. 2013

SILVA, Vanessa Cinthia Guimarães. Avaliação da qualidade da água das barragens de Ipitanga I e II em Salvador-BA no período de 2014 e 2015 baseados nos dados do instituto de meio ambiente e recursos hídricos-Inema. 2017.

SOUZA, Celina. " Estado do campo" da pesquisa em políticas públicas no Brasil. **Revista brasileira de ciências sociais**, v. 18, p. 15-20, 2003.

SOUZA, Celina. "Políticas públicas: conceitos, tipologias e subáreas." *Trabalho elaborado para a Fundação Luís Eduardo Magalhães. São Paulo* (2002).

STRAUSS, Anselm L.; CORBIN, Juliet. *Pesquisa qualitativa: técnicas e procedimentos para o desenvolvimento de teoria fundamentada*. Artmed, 2008.

STUART, Toby E. Interorganizational alliances and the performance of firms: a study of growth and innovation rates in a high-technology industry. *Strategic management journal*, v. 21, n. 8, p. 791-811, 2000.